



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201417236

Código MEC: 1400265

**Código da
Avaliação:** 132857

Ato Regulatório: Recredenciamento

**Categoria
Módulo:** Instituição

Status: Finalizada

Instrumento: 289-Instrumento de avaliação institucional externa - Recredenciamento e Transformação de organização acadêmica (presencial)

**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

Endereço da IES:

55059 - CAMPUS JOÃO PESSOA - AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720 JAGUARIBE. João Pessoa - PB.

CEP:58015-430

Informações da comissão:

**Nº de
Avaliadores :** 3

**Data de
Formação:** 24/05/2018 12:19:32

**Período de
Visita:** 01/07/2018 a 05/07/2018

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

Jose Lassance de Castro Silva (23574445334)

José Maurício Dias Bezerra (27171965368) -> coordenador(a) da comissão

Vinicius Rezende Ribeiro (63684322768)

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma instituição vinculada ao

Instituição:

Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possuindo natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais. O IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFPB tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral, e tem sua história centenária a partir do Decreto do Presidente Nilo Peçanha de criação da Escola de Aprendizes na Paraíba (1909/1936) até a sua instituição pela Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, para a promoção da educação profissional técnico, tecnológico, licenciatura e bacharelado até a formação em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (Mestrado e Doutorado).

A Reitoria está sediada no município de João Pessoa/PB situada a Avenida João da Mata, 256, bairro Jaguaribe. O Instituto nasceu da união do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Unidade de João Pessoa e Unidade Descentralizada de Cajazeiras) e Escola Agrotécnica de Sousa. Com a política de expansão dos institutos federais, o IFPB conta atualmente com 10 Campi com oferta de cursos superiores presenciais e uma Diretoria Sistêmica de Educação à Distância e Projetos Especiais, responsável pela oferta de cursos à distância. Os campis estão distribuídos na Reitoria e nos campis de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Sousa, Monteiro, Patos, Princesa Isabel, Picuí, Guarabira e Cabedelo.

O IFPB, Campus João Pessoa, está sediado à Avenida Primeiro de Maio no. 720, bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. Neste campis, são ofertados ensino técnico e ensino superior, sendo 9 CSTs (Automação Industrial, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, Redes de Computadores, Sistemas de Telecomunicações e Sistemas para Internet), 2 Bacharelados (Administração e Engenharia Elétrica), 1 Licenciatura em Química e 1 Mestrado em Engenharia Elétrica, todos os cursos são presenciais. A IES também oferece neste campus, 1 curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT), 1 especialização em Gestão Pública e 2 cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública e Licenciatura em Letras). Existem 305 docentes no campus de João Pessoa.

A Instituição tem como missão oferecer a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro e faz fronteira com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2015 contava com uma população estimada em 3.972.202 segundo o IBGE, sendo o 13º estado mais populoso do Brasil, apresentando uma densidade demográfica de 66,70 habitantes por quilômetro quadrado, com cerca de 2.838.678 habitantes vivendo na zona urbana (75,37%) e 927.850 na zona rural (24,63%). Apesar de possuir uma economia pequena, se comparada àquelas dos estados mais desenvolvidos do país, a Paraíba tem experimentado índices de crescimento bastante expressivos. Os seis distritos industriais existentes, localizados nas cidades de João Pessoa, Conde, Alhandra, Guarabira, Santa Rita e Cabedelo, abrigam

Instituição:

indústrias nas mais diversas áreas da atividade econômica. O número de indústrias, volume de produção e taxas de emprego são os maiores do estado, com maior concentração nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Na área educacional, destaca-se o número elevado de vagas ofertadas nas instituições de ensino superior (IES), bem como na educação básica e profissional. João Pessoa, a principal cidade da região, consta atualmente com 22 IES incluindo o Instituto Federal, centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. Ela tornou-se um centro educacional de médio porte ó em nível nacional, que tende a crescer cada vez mais em função do aumento da demanda por oportunidades educacionais, tendência esta que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba, que conta com três unidades na mesorregião.

SÍNTESE DA AÇÃO PRELIMINAR À AVALIAÇÃO**Síntese da ação preliminar à avaliação:**

Síntese da avaliação 132857, ato regulatório de credenciamento do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), Campus João Pessoa, sediado à Avenida Primeiro de Maio nº 720, bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB, cujo processo foi protocolado sob o nº 201417236. O endereço do Campus é o mesmo que consta no formulário eletrônico e já mencionado.

Conforme ofício de designação, os professores José Lassance de Castro Silva, Vinicius Rezende Ribeiro e José Maurício Dias Bezerra (coordenador da comissão) foram indicados para proceder a avaliação "in loco" no período de 01 a 05 de julho de 2018.

O coordenador da comissão fez o contato com os gestores e procurador institucional do IFPB, apresentando a comissão de avaliação e sugerindo agenda de trabalho, que foi analisada pela comissão e pela IES, sendo considerada de acordo e passível de alguma alteração caso houvesse necessidade. Foi solicitado que toda a documentação necessária para o trabalho dos avaliadores ficasse disponibilizada e fossem dadas todas as condições para o melhor desenvolvimento do trabalho. O IFPB, além de disponibilizar em papel, disponibilizou também parcialmente toda a documentação de forma digital (via site institucional).

Os professores designados tiveram acesso e procederam a leitura das informações postados no formulário eletrônico, incluindo o relato institucional, PDI, PPC, outras avaliações, relatórios de autoavaliação, fundamentais para a avaliação.

A comissão verificou que o despacho saneador, onde se encontra informado que a IES atende as exigências de instrução processual em conformidade com o Decreto nº 5.773/2006 e alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007 e Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 29/12/2010. O PDI inserido se refere ao período 2015-2019, estando também de acordo com o que estabelece o Art. 16 do Decreto nº 5.773/2006.

A Instituição cadastrou sete relatórios de autoavaliação institucional interna, de 2005 a 2016, e 305 docentes no sistema e-MEC.

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
AARAO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
ADAILDO GOMES D ASSUNCAO JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
ADEMAR GONCALVES DA COSTA JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
Adolfo Wagner	Doutorado	Integral	Estatutário
Adriana Carla Rolim de Carvalho Leite	Mestrado	Integral	Estatutário
ADRIANO LUCENA DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
AGEIRTON DOS SANTOS SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
AGNES CAMPELLO ARAUJO BRAZ	Mestrado	Integral	Estatutário
ALAN MELO NOBREGA	Doutorado	Integral	Estatutário
ALBERDAN SANTIAGO DE AQUINO	Doutorado	Integral	Estatutário
ALBERTO PEREIRA DE BARROS	Mestrado	Integral	Estatutário
ALEKSANDRO GUEDES DE LIMA	Doutorado	Integral	Estatutário
ALESSANDRA MARCONE TAVARES	Doutorado	Integral	Estatutário
ALEXANDRE FONSECA D ANDREA	Doutorado	Integral	Estatutário
ALEXANDRE SANTOS LIMA	Mestrado	Integral	Estatutário
ALEXSANDRA ROCHA MEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
ALEX SANDRO DA CUNHA REGO	Doutorado	Integral	Estatutário
ALFREDO GOMES NETO	Doutorado	Integral	Estatutário
ALICE INES GUIMARAES ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
ALVARO DE MEDEIROS MACIEL	Doutorado	Integral	Estatutário
ALYSSON ANDRE REGIS OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
AMANDA GUERRA DE ARAUJO	Doutorado	Integral	Estatutário
AMANNA FERREIRA PEIXOTO	Mestrado	Integral	Estatutário
ANA CLAUDIA LEAO BORGES	Doutorado	Integral	Estatutário
ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	Mestrado	Integral	Estatutário
ANA MARIA KLUPPEL PEREIRA	Especialização	Integral	Estatutário
ANDERSON ALEXANDRE VIEIRA GOMES	Mestrado	Integral	Estatutário
ANDREA DE LUCENA LIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
ANDREA SAMARA SANTOS DE OLIVEIRA GOMES	Doutorado	Integral	Estatutário
ANDRE DA SILVA SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
ANDRE DA SILVEIRA RIBEIRO LINS	Especialização	Integral	Outro
ANDRE DE SOUSA PEDROSA	Mestrado	Integral	Estatutário
ANNA LIBIA ARAUJO CHAVES	Mestrado	Integral	Estatutário
ANNUSKA MACEDO SANTOS DE FRANCA PAIVA	Mestrado	Integral	Estatutário
ANRAFEL SILVA MEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
ANTONIO CICERO DE SOUSA	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ANTONIO DOS SANTOS DALIA	Mestrado	Integral	Estatutário
ANTONIO GUTEMBERG RESENDE LINS	Mestrado	Integral	Estatutário
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
ARIELA FERNANDES SALES	Mestrado	Integral	Outro
ARIEL AIRES DO NASCIMENTO	Doutorado	Integral	Estatutário
Arielle Pinto Silva	Mestrado	Integral	Estatutário
ARILDE FRANCO ALVES	Doutorado	Integral	Estatutário
ARLINDO GARCIA DE SA BARRETO NETO	Doutorado	Integral	Estatutário
ARNALDO GOMES GADELHA	Especialização	Integral	Estatutário
Benedita Viera de Andrade	Doutorado	Integral	Estatutário
CAIO SERGIO DE VASCONCELOS BATISTA	Doutorado	Integral	Estatutário
CANDIDO JOSE RAMOS DO EGYPTO	Mestrado	Integral	Estatutário
CARLOS ALBERTO FERNANDES DE OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
CARLOS DANILO MIRANDA REGIS	Doutorado	Integral	Estatutário
CARLOS DIEGO QUIRINO LIMA	Mestrado	Integral	Outro
CARLOS LAMARQUE GUIMARAES	Doutorado	Integral	Estatutário
CAROLINE HELENA LIMEIRA PIMENTEL	Mestrado	Integral	Estatutário
CELENA SOARES ROCHA	Mestrado	Integral	Estatutário
Ceres Grehs Beck	Doutorado	Integral	Estatutário
CHAQUIBE COSTA DE FARIAS	Mestrado	Integral	Estatutário
CIBELE DE ALBUQUERQUE TOME	Mestrado	Integral	Estatutário
CICERO ALISSON DOS SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
CLAUDIA LUCIENE DE MELO SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
Claudio Pereira da Costa	Mestrado	Integral	CLT
CLECIA MARIA NOBREGA MARINHO	Mestrado	Integral	Estatutário
CLEOBULO LIMA GONCALVES	Especialização	Integral	Estatutário
Cleumar da Silva Moreira	Doutorado	Integral	Estatutário
CRISHANE AZEVEDO FREIRE	Doutorado	Integral	Estatutário
CRISTOVAO MACIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
CYELLE CARMEM VASCONCELOS PEREIRA	Mestrado	Integral	Outro
DAMIRES YLUSKA SOUZA FERNANDES	Doutorado	Integral	Estatutário
DANIEL FERNANDES VILAR CARDOSO	Especialização	Parcial	Outro
Daniel Matos de Carvalho	Mestrado	Integral	Estatutário
DEBORA PIRES XAVIER DE ANDRADE	Mestrado	Integral	Estatutário
DENIO MARIZ TIMOTEO DE SOUSA	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
DENIZE DE OLIVEIRA ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
DIANA MORENO NOBRE	Doutorado	Integral	Estatutário
DIEGO DA SILVA VALDEVINO	Mestrado	Integral	Estatutário
EDEMBERG ROCHA DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
EDGARD DE MACEDO SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
Edgard Luiz Lopes Fabricio	Doutorado	Integral	Estatutário
EDILENE LUCENA MEDEIROS	Mestrado	Integral	Estatutário
EDLAINE CORREIA SINEZIO DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
EDUARDO VIDAL NEGREIROS DE SOUZA	Doutorado	Integral	Estatutário
EDVALDO AMARO SANTOS CORREIA	Doutorado	Integral	Estatutário
ELAINE CRISTINA BATISTA DE OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
ELIDA DE OLIVEIRA BARROS PESSOA	Mestrado	Integral	Estatutário
ELIONILDO DA SILVA MENEZES	Mestrado	Integral	Estatutário
EMMANOEL DE ALMEIDA RUFINO	Mestrado	Integral	Estatutário
Emmanuel Benoit Jean Baptiste Dupouy	Doutorado	Integral	Estatutário
EMMANUELLE ARNAUD ALMEIDA CAVALCANTI	Doutorado	Integral	Estatutário
ERICKA ANULINA CUNHA DE OLIVEIRA	Especialização	Integral	Estatutário
ERIK FARIAS DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
ERMANO CAVALCANTE FALCAO	Doutorado	Integral	Estatutário
EUDNA MARIA BARBOSA DE ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
EVANDRO CLAUDINO DE QUEIROGA	Mestrado	Parcial	Estatutário
EVERALDO SOUTO SALVADOR	Mestrado	Integral	Estatutário
FABIO VERISSIMO JAQUES DA SILVEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
FABRIZIA MEDEIROS DE SOUSA MATOS	Mestrado	Integral	Estatutário
FAUSTO VERAS MARANHÃO AYRES	Doutorado	Integral	Estatutário
FELIPE FLAVIO BEZERRA ROCHA	Especialização	Integral	Estatutário
FERNANDO HILTON TEIXEIRA FERREIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
FILIPE JOSE CAVALCANTI LEITE	Especialização	Integral	Estatutário
FLAVIO ALVES DE ALBUQUERQUE	Mestrado	Integral	Estatutário
FLAVIO ROMERO ALVES DE SOUZA	Especialização	Integral	Estatutário
Flora Alexandre Meira	Mestrado	Integral	Estatutário
FLORA MAGNA DO MONTE VILAR	Mestrado	Integral	Outro
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES NOBRE	Mestrado	Integral	Estatutário
FRANCISCO EMANOEL FERREIRA DE ALMEIDA	Doutorado	Integral	Estatutário
FRANCISCO FECHINE BORGES	Doutorado	Integral	Estatutário
FRANCISCO PETRONIO ALENCAR DE	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
MEDEIROS			
FRANKLIN MARTINS PEREIRA PAMPLONA	Doutorado	Integral	Estatutário
FREDERICO COSTA GUEDES PEREIRA	Mestrado	Parcial	Estatutário
GEKBEDE DANTAS DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
Geovana Camargo Vargas	Doutorado	Integral	Estatutário
GESIVALDO JESUS ALVES DE FIGUEIREDO	Doutorado	Integral	Estatutário
GIBSON MEIRA OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Outro
GIBSON ROCHA MEIRA	Doutorado	Parcial	Estatutário
GILCEAN SILVA ALVES	Doutorado	Integral	Estatutário
GILVANETE DANTAS DE OLIVEIRA PEREIRA	Mestrado	Integral	Outro
GILVAN MEDEIROS DE SANTANA JUNIOR	Especialização	Integral	Estatutário
GILVAN VIEIRA DE ANDRADE JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
GIORGIONE MENDES RIBEIRO JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
GIOVANNI LOUREIRO CABRAL DE MELO	Mestrado	Integral	Estatutário
GIOVANNI LOUREIRO FRANCA DE MENDONCA	Doutorado	Integral	Estatutário
GIRLENE MARQUES FORMIGA	Doutorado	Integral	Estatutário
GLAUCO BARBOSA DE ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
HAECKEL VAN DER LINDEN FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
HELDER ALVES DE OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
HELDER ROLIM FLORENTINO	Doutorado	Integral	Estatutário
HELENA DE CASSIA PESSOA NOGUEIRA SERRAO	Mestrado	Integral	Estatutário
HENRIQUE BATISTA MARQUES LOPES	Doutorado	Integral	Estatutário
HERBERT JOSE CAVALCANTI DE SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário
HEREMITA BRASILEIRO LIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
HOMERO JORGE MATOS DE CARVALHO	Doutorado	Integral	Estatutário
ILKA MARIA SOARES CAMPOS	Mestrado	Integral	Outro
ILTON LUIZ BARBACENA	Doutorado	Integral	Estatutário
ISMAEL XAVIER DE ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
ITALO ORIENTE	Especialização	Integral	Estatutário
Ivan Cupertino Dutra	Mestrado	Integral	Estatutário
JACKELINNE MARIA DE ALBUQUERQUE ARAGAO	Doutorado	Integral	Estatutário
JADER RODRIGUES DE CARVALHO ROCHA	Especialização	Integral	Outro
Jael PEREIRA DA SILVA ROCHA	Especialização	Integral	Estatutário
JAILDO TAVARES PEQUENO	Mestrado	Integral	Estatutário
JAILSON MACHADO FERREIRA	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
JANINE HOLMES GUALBERTO	Mestrado	Integral	Estatutário
JEANNE ELIZABETH DE PAULA BRAQUEHAIS	Mestrado	Integral	Estatutário
JEFERSON MACK SOUSA OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
JEFFERSON COSTA E SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
JERONIMO JOSE DE OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Outro
JIMMY DE ALMEIDA LELLIS	Doutorado	Integral	Estatutário
JIVAGO CORREIA BARBOSA	Mestrado	Integral	Estatutário
JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO	Doutorado	Integral	Estatutário
JOAQUIM FIRMINO CARNEIRO JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
JORGE GONCALO FERNANDEZ LORENZO	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSALI DO AMARAL	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE ARTUR ALVES DIAS	Doutorado	Integral	Estatutário
JOSE BATISTA DO NASCIMENTO JUNIOR	Especialização	Integral	Estatutário
JOSE BEZERRA DE MENEZES FILHO	Doutorado	Integral	Estatutário
JOSE ELBER MARQUES BARBOSA	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE GILBERTO SOBREIRA GOMES	Especialização	Integral	Estatutário
JOSE GOMES QUARESMA FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSELI MARIA DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
JOSE LINS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETTO	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE MOACIR SOARES DA COSTA FILHO	Doutorado	Integral	Estatutário
JOSE NIVALDO RIBEIRO FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE ROBERTO ARAUJO DE SOUSA	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	Especialização	Integral	Estatutário
JOSE WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS	Doutorado	Integral	Estatutário
JUAREZ EVERTON DE FARIAS AIRES	Doutorado	Integral	Estatutário
JUDITH YARA RIBEIRO SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
JULIANA DANTAS RIBEIRO VIANA DE MEDEIROS	Doutorado	Integral	Estatutário
JULIANA DE SA ARAUJO	Mestrado	Integral	Estatutário
KALINA LIGIA CAVALCANTE DE ALMEIDA FARIAS AIRES	Doutorado	Integral	Estatutário
KATIA MICHAELE CONSERVA ALBUQUERQUE	Mestrado	Integral	Outro
KEILA GABRYELLE LEAL ARAGAO	Mestrado	Integral	Outro
KELIANA DANTAS SANTOS	Doutorado	Integral	Estatutário
KELLY SHEILA INOCENCIO COSTA AIRES	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
KESIA CRISTIANE DOS SANTOS FARIAS	Mestrado	Integral	Estatutário
LAFAYETTE BATISTA MELO	Doutorado	Integral	Estatutário
LAURIVAN DA SILVA DINIZ	Doutorado	Integral	Estatutário
LEANDRO CAVALCANTI DE ALMEIDA	Mestrado	Integral	Estatutário
LEONARDO DE ARAUJO MORAES	Mestrado	Integral	Estatutário
LEONARDO TELINO DE MENESES	Mestrado	Integral	Outro
LEONIDAS FRANCISCO DE LIMA JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
LILIAN FERREIRA CARDOSO DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
LINCOLN MACHADO DE ARAUJO	Doutorado	Integral	Estatutário
LUCIANA PEREIRA OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
LUCIANO DE SANTANA MEDEIROS	Mestrado	Integral	Outro
LUCIENE FERREIRA GAMA	Mestrado	Integral	Estatutário
LUIS ANTONIO LOPES DA SILVA	Mestrado	Integral	Outro
LUIZ CARLOS RODRIGUES CHAVES	Mestrado	Integral	Estatutário
LUIZ GUEDES CALDEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
LUPERCIA JEANE SOARES	Mestrado	Integral	Outro
LUZIVALDA GUEDES DAMASCENA	Mestrado	Integral	Estatutário
MANOEL ALVES FILHO	Doutorado	Integral	Estatutário
Manoel Brito De Farias Segundo	Mestrado	Integral	Estatutário
Manoel Wallace Alves Ramos	Doutorado	Integral	Estatutário
MARCELA FERNANDES SARMENTO	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCELLA BRAGA TAVARES	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCELLO BENIGNO BORGES DE BARROS FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
Marcelo Magalhaes Avila Paz	Doutorado	Integral	Estatutário
MARCIA DE LOURDES BEZERRA DOS SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCIA VIANA DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCILIO CARNEIRO DIAS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCIO CARVALHO DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCIO EMANUEL UGULINO DE ARAUJO JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCIO GOMES DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
MARCONI ANTAO DOS SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCOS ALYSSANDRO SOARES DOS ANJOS	Doutorado	Integral	Estatutário
MARCOS CAVALCANTE MEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCOS VINICIUS CANTIDIANO MARQUES	Especialização	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
DE ANDRADE			
MARCUS VINICIUS DELGADO VARANDAS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA ANALICE PEREIRA DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA BETANIA DA SILVA DANTAS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA DA CONCEICAO MONTEIRO CAVALCANTI	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA DA PAZ MEDEIROS FERNANDES	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA DAS GRACAS NEGREIROS DE MEDEIROS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA DE FATIMA DUARTE LUCENA	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA DE FATIMA SILVA OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA DE FATIMA VILAR DE QUEIROZ	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA DEISE DAS DORES COSTA DUARTE	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA LUIZA DA COSTA SANTOS	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA MARGARETH ROLIM MARTINS ROCHA	Doutorado	Integral	Estatutário
MARIA THERESA TARGINO DE ARAUJO RANGEL	Mestrado	Integral	Estatutário
MARIA VERONICA ANDRADE DA SILVEIRA EDMUNDSON	Mestrado	Integral	Estatutário
MARTA CELIA FEITOSA BEZERRA	Doutorado	Integral	Estatutário
MARTA LUCIA DE SOUZA CABRAL	Mestrado	Integral	Estatutário
MARTA MARIA MAURICIO MACENA	Doutorado	Integral	Estatutário
MICHEL COURA DIAS	Mestrado	Integral	Estatutário
MICHELE BEPLER	Mestrado	Integral	Estatutário
Michelline Nery Azevedo Lima	Mestrado	Integral	Estatutário
MIRELLA LEONCIO MOTTA E COSTA	Mestrado	Integral	Estatutário
MONICA CRISTINA MARINHO ROCHA LUCENA	Especialização	Integral	Estatutário
MONICA MARIA MONTENEGRO DE OLIVEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
Monica Maria Pereira da Silva	Doutorado	Integral	Estatutário
MONICA MARIA SOUTO MAIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
NABAL GOMES BARRETO	Mestrado	Integral	Estatutário
Nadja da Nobrega Rodrigues	Mestrado	Integral	Estatutário
NEILOR CESAR DOS SANTOS	Doutorado	Integral	Estatutário
Neilson Alves de Medeiros	Doutorado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAUJO MEIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
Niedson Almeida Lemos	Mestrado	Integral	Outro
NILSON FERNANDES THOMAZ DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
NILTON FREIRE SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
Odilon Saturnino Silva Neto	Doutorado	Integral	Estatutário
OTONIEL MACHADO DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
PATRICIA SOARES DE ARAUJO CARVALHO	Doutorado	Integral	Estatutário
PATRIC LACOUTH DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
PAULO DITARSO MACIEL JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
PAULO HENRIQUE DA FONSECA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
PAULO ROBERTO SANTOS COSTA	Mestrado	Integral	Estatutário
PAULO SERGIO ARAUJO PEREGRINO	Mestrado	Integral	Estatutário
PEDRO VICTOR EUGENIO DE SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário
Rachel Costa Ramalho Vasconcelos	Mestrado	Integral	Estatutário
RAFAEL FRANKLIN ALVES SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
RAFAEL JOSE ALVES DO REGO BARROS	Doutorado	Integral	Estatutário
RAFAELLE DE AGUIAR CORREIA FELICIANO	Mestrado	Integral	Estatutário
RAFAEL PONCE DE LEON AMORIM	Mestrado	Integral	Estatutário
Ramon Leonn Victor Medeiros	Mestrado	Integral	Estatutário
RANIERI SILVA LEITE	Mestrado	Integral	Estatutário
RAPHAELA CRISTHINA CLAUDINO MOREIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
REBECA ALBUQUERQUE CORDEIRO	Doutorado	Integral	Estatutário
REBECA FORMIGA FIGUEIRA	Mestrado	Integral	Outro
REGINA DE FATIMA FREIRE VALENTIM MONTEIRO	Especialização	Integral	Estatutário
RENNATA SILVA CARVALHO BOUDOUX	Mestrado	Integral	Estatutário
RICARDO ALEXSANDRO DE SANTANA	Mestrado	Integral	Outro
RICARDO JOSE FERREIRA	Doutorado	Integral	Estatutário
ROBERIO PAREDES MOREIRA FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
ROBERTA PAIVA CAVALCANTE	Mestrado	Integral	Estatutário
Roberta Xavier da Costa	Mestrado	Integral	Estatutário
ROBERTO SALGADO BEATO	Mestrado	Parcial	Estatutário
ROBSON OLIVEIRA LIMA	Mestrado	Integral	Estatutário
Ronimack Trajano de Souza	Doutorado	Integral	Estatutário
ROSA LUCIA VIEIRA SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ROSANGELA MADRUGA	Especialização	Integral	Estatutário
ROSCellino BEZERRA DE MELLO JUNIOR	Mestrado	Integral	Estatutário
ROSSANA MORENO SANTA CRUZ	Doutorado	Integral	Estatutário
SALUSTIANO MIGUEL SOUZA ALVES	Mestrado	Integral	Estatutário
SANDRA HELENA FERNANDES NICOLAU	Doutorado	Integral	Estatutário
SERGIO ARAUJO DE MENDONCA FILHO	Especialização	Integral	Estatutário
SERGIO RICARDO BEZERRA DOS SANTOS	Doutorado	Integral	Estatutário
SEVERINO CESARINO DA NOBREGA NETO	Doutorado	Integral	Estatutário
SEVERINO FERREIRA DA SILVA FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
SILVANA CHAVES CLAUDINO DE QUEIROGA	Mestrado	Integral	Estatutário
SILVANA LUCIENE DO NASCIMENTO CUNHA COSTA	Doutorado	Integral	Estatutário
SOSTENES RODRIGUES DO REGO	Doutorado	Integral	Estatutário
SUELY OLIVEIRA CARNEIRO	Mestrado	Integral	Estatutário
SUZETE ELIDA NOBREGA CORREIA	Doutorado	Integral	Estatutário
SYDNEY DE OLIVEIRA DIAS	Doutorado	Integral	Estatutário
TALINE REGINA PEREIRA CABRAL	Especialização	Integral	Estatutário
TANIA MARIA DE ANDRADE	Doutorado	Integral	Estatutário
TARCISIO OLIVEIRA DE MORAES JUNIOR	Mestrado	Integral	Outro
TERESA CRISTINA RODRIGUES SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
THIAGO GOUVEIA DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
THIAGO JOSE MARQUES MOURA	Mestrado	Integral	Estatutário
ULISSES TARGINO BEZERRA	Doutorado	Integral	Estatutário
VALDITH LOPES JERONIMO	Doutorado	Integral	Estatutário
Valeria Maria Bezerra Cavalcanti	Mestrado	Integral	Estatutário
VAMBERTO MONTEIRO DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
VERA REGINA SILVA WANDERLEY	Mestrado	Integral	Estatutário
VILMA SOUZA ISMAEL DA COSTA	Mestrado	Integral	Estatutário
WALMERAN JOSE TRINDADE JUNIOR	Doutorado	Integral	Estatutário
WALTER MACEDO LINS FIALHO	Doutorado	Integral	Estatutário
WARWICK RAMALHO DE FARIAS LEITE	Mestrado	Parcial	Estatutário
WASHINGTON CESAR DE ALMEIDA COSTA	Doutorado	Integral	Estatutário
WELLINTON SILVA LIRA	Especialização	Integral	Outro

CATEGORIAS AVALIADAS

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 4

Justificativa para conceito 4: A evolução institucional do IFPB é um processo contínuo desde sua criação e com amparo dos marcos legais. Seu processo de construção está sendo alcançado dia a dia. A elaboração do PDI e do plano anual de trabalho em compasso com o planejamento orçamentário e avaliação institucional e o plano de gestão propiciam uma análise e um projeto a ser construído em acordo com os ideais propostos pela Instituição. De tal forma o PDI da IES está em conformidade com as metas e objetivos dos Institutos Federais e seu processo de evolução, decorre de seu planejamento e da avaliação institucional realizada. Os órgãos responsáveis que se destacam neste processo é a CPA- Comissão Interna de Avaliação e as Comissões de Avaliações do Campus, assim também como as coordenações de cursos e os NDEs. O Plano de Trabalho desses órgãos tem sua elaboração iniciada a partir de premissas da CPA com base no Projeto de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para o período de 2015 a 2017, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação. Com o alinhamento dos instrumentos de avaliação ao planejamento estratégico, os indicadores podem ser mensurados periodicamente, permitindo a órgãos colegiados e aos gestores verificarem se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e a consequente avaliação da necessidade de repactuar-las ou de redefinir o planejamento em um ou mais de seus níveis, incluindo-se a atualização anual das Iniciativas Estratégicas. No portal da IES está disponível publicamente todo o material que trata da avaliação institucional com informações abundantes de forma transparente (Portal da Transparência). A demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como muito boa em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional. 5

Justificativa para conceito 5: O Projeto e os processos de autoavaliação institucional estão criados e funcionam muito bem no IFPB. A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos campus e na reitoria. Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFPB. As competências da CPA são definidas em seu regimento interno e goza de autonomia nas tomadas de decisões que tratam das avaliações internas. Concomitantemente existe a CPA Local, formada por representantes do campus de João Pessoa, que é formada por representantes dos segmentos docentes, discentes e técnico-administrativos. As Comissões Locais tratam de produzir ações juntas com as coordenações de cursos e NDE locais. Na entrevista com a CPA, ficou claro para esta comissão, a eficiência do modelo praticado de avaliação institucional, abordando um estudo extensivo das avaliações externas, principalmente as de cursos, e autoavaliação institucional. Em reunião com os diferentes segmentos da IES, a comissão questionou sobre a CPA e obteve respostas altamente positivas dos trabalhos desta comissão de avaliação neste campi. Todos os segmentos têm conhecimento desta comissão e participam das avaliações, respondendo os questionários propostos por ela, sabendo inclusive de seus resultados. Todos os segmentos, principalmente docentes e discentes, comentaram sobre a forma como são tratados e divulgados os resultados das avaliações, dando suporte na melhoria do campi. Diversas ações

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

foram exemplificadas nas entrevistas como resultados das avaliações institucionais. A CPA mostrou a comissão como são tratados e divulgados, no portal da transparência da IES, os resultados das avaliações externas, onde uma análise é realizada para cada item das 3 dimensões, do instrumento de avaliação de curso, por curso e para os diversos campi. Afora isso, tem-se também uma análise bastante acurada dos processos de autoavaliação por curso, campus e geral. O projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira excelente às necessidades institucionais como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 3

Justificativa para conceito 3: A participação da comunidade acadêmica vem crescendo gradativamente na IES avaliada. Está sendo criada uma cultura de avaliação que é manifesta por campanhas feitas pela equipe da CPA central e pela CPA local. Uma ampla divulgação da avaliação é realizada na Instituição, com apoio da Diretoria do Campus local e diversos setores institucionais. A participação por segmento vem aumentando substancialmente, principalmente docentes e discentes, desde o primeiro processo avaliativo realizado pelo IFPB, em 2005. Ainda que de forma incipiente e tímida, a participação dos servidores técnicos-administrativos e da sociedade civil (egressos) também é realizada no processo de autoavaliação. Os questionários das avaliações são disponibilizados no site da Instituição, através dos seus sistemas corporativos, podendo também serem acessados via celular, como forma de facilitar e incentivar a participação geral. Conforme relatório de autoavaliação institucional 2017 feito pela CPA, a participação da comunidade interna foi satisfatória. Nas reuniões foi constatado que os três segmentos conhecem e sabem o papel da CPA. O processo de autoavaliação ocorre com participação suficiente da comunidade acadêmica.

1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 5

Justificativa para conceito 5: No regulamento Interno da IES e nas demais legislações federais, cabe às CPA's Locais organizarem e divulgarem à comunidade acadêmica de suas unidades os resultados de seus respectivos processos avaliativos. Os relatórios são publicados na página da CPA na internet (www.ifpb.edu.br/cpa), ficando disponíveis a todos os gestores, órgãos colegiados, servidores, alunos, bem como à sociedade civil, externa à instituição. Os resultados do processo de autoavaliação institucional e avaliações externas são utilizados para a elaboração de vários Relatórios de Gestão, inclusive aos órgãos da administração pública de fiscalização como o Tribunal de Contas da União e que subsidiam os processos de planejamento da Instituição, como a elaboração dos planos anuais de trabalho da reitoria e dos campi e do próprio PDI, a cada novo ciclo de 5 anos, além da revisão do planejamento estratégico. Foi verificado in loco várias formas de divulgação dos trabalhos realizados pela CPA tais como banners, folders, avisos em flanelógrafos, seminários, NDEs, colegiados de cursos, conselho superior, etc. Todos os segmentos, principalmente docentes e discentes, comentaram de forma bastante satisfatória positiva como são tratados e divulgados os resultados das avaliações. Além disso, na entrevista com os membros da CPA foram apresentadas como a divulgação dos resultados está sendo tratada, através de exibição de imagens. Diante do exposto, a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas ocorre, de maneira excelente, para a comunidade acadêmica.

1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação (indicador aplicado para fins de 4

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Justificativa para conceito 4: O relatório de autoavaliação institucional produzido pelo IFPB, encaminhado ao INEP, desde de 2005 já vem adotando a estrutura estabelecida pela Nota Técnica nº 065/2014 INEP/DAES/CONAES. Sobre isso, cabe destacar que a referida nota técnica estabelece a data de 31 de março de cada ano, como prazo para que as IES postem seus relatórios de autoavaliação institucional, em sua versão parcial. Este relatório contempla as dimensões a serem avaliadas e todos os demais preceitos legais. Da mesma forma, o relatório de autoavaliação institucional, em sua estrutura, atende ao estabelecido no item 3 da nota técnica contemplando, assim, os seguintes campos: introdução; metodologia; análise dos dados e das informações e; ações previstas com base na análise. O desenvolvimento está descrito nas seções de introdução e metodologia. Quanto às escalas adotadas para construção do instrumento de coleta de dados, cabe destacar que o questionário é composto por escalas ordinais do tipo Likert de 5 (cinco) pontos, para registro das avaliações atribuída pelos segmentos consultados. Cada questionário possui uma questão aberta para que os respondentes eventualmente comentassem algo que não tivesse sido abordado nas questões fechadas. A escala de 5 pontos com um campo de fuga está descrita da seguinte forma: 0 - Quando o indicador da dimensão avaliada NÃO SE APLICA OU É DESCONHECIDO; 1 - Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito BASTANTE INSATISFATÓRIO; 2 - Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito INSATISFATÓRIO; 3 - Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito SATISFATÓRIO; 4 - Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito BOM; e 5 - Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito EXCELENTE. Por outro lado, quanto aos critérios adotados para análise dos dados coletados, e de forma de viabilizar o aprimoramento contínuo do IFPB, foi desenvolvido um indicador, que considera a relação entre a frequência daquelas ações que se encontram em um dado nível de acompanhamento (classificação) e o quantitativo total de ações levantadas/identificadas, a fim de possibilitar a verificação do desenvolvimento das ações saneadoras. Esse indicador pode ser analisado em níveis gerais da IES, por campus e por curso; por dimensões/eixos, considerando-se o contexto em que uma dada ação está diretamente relacionada; e, oportunamente, em relação à períodos avaliativos anteriores. Esse indicador proporciona quantificar e qualificar rapidamente as ações de melhorias realizadas. O relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma muito boa para subsidiar planejamento e ações.

Dimensão 2: EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**4.560**

2.1. Missão institucional, metas e objetivos do PDI.

4

Justificativa para conceito 4: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma instituição que oferta educação básica, profissional, tecnológica e superior, atuando desde o ensino médio até o ensino de graduação e pós-graduação. Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI para o período 2015-2019, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) tem por missão: "Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática" (p. 11). O Planejamento Estratégico da Instituição tem como premissa básica o alinhamento das atividades desenvolvidas nos âmbitos acadêmico e administrativo, de forma a fazer convergir seus resultados para os objetivos estabelecidos para o período 2015-2019. No seu PDI, verifica-se que os principais objetivos do IFPB, são: 1) ministrar educação profissional técnica de nível médio; 2) ministrar cursos de formação inicial e continuada de

trabalhadores; 3) realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, 4) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais; 5) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda; 6) ministrar, em nível de educação superior cursos de graduação, licenciatura e bacharelado, tecnológicos e de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu (PDI 2015-2019, p. 29). As metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos do IFPB estão sendo implementados, em atendimento ao objetivo Geral destacados no PDI, qual seja: 1) Melhorar a conceituação dos cursos ofertados; 2) Consolidar a gestão democrática; 3) Adequar a infraestrutura dos campi para uma oferta apropriada dos cursos; 4) Incentivar a formação de grupos de aprofundamento de conteúdos curriculares e extracurriculares; 5) Minimizar a evasão e retenção de estudantes e aumentar o número de egressos; 6) Ampliar a oferta de vagas em todas as modalidades e níveis; 7) Consolidar as políticas educacionais de inclusão social. Percebe-se assim uma busca de interação entre as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão para viabilizar, da melhor forma possível, o funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, bem como à implementação das metas previstas. Vale ressaltar que a IES tem se destacado nacionalmente em relação ao atendimento de pessoas com necessidades especiais e ao grande número de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Em decorrência do exposto, a missão, as metas e os objetivos do PDI estão muito bem articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação. 4

Justificativa para conceito 4: As políticas referentes as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação praticadas pela IES estão coerentes com o PDI. Nas reuniões com os corpos docente e discente ficou evidenciado que essas políticas estão adequadamente implementadas e de acordo com o previsto no PDI. Atualmente, o IFPB, campus João Pessoa, oferta cursos do ensino técnico e ensino superior, sendo 9 CSTs (Automação Industrial, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, Redes de Computadores, Sistemas de Telecomunicações e Sistemas para Internet); 2 Bacharelados (Administração e Engenharia Elétrica); 1 Licenciatura em Química, e; 1 Mestrado em Engenharia Elétrica, todos os cursos presenciais. A IES também oferece no Campus de João Pessoa, 1 curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT); uma especialização em Gestão Pública e 2 cursos de graduação (Bacharelado em Administração Pública e Licenciatura em Letras). A IES conta com 5440 alunos de Graduação e 580 alunos de Pós-graduação, sendo 500 lato sensu e 80 stricto sensu. Existem 305 docentes lotados no campus de João Pessoa. As atividades realizadas nos cursos de graduação, na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos. O IFPB, diferentemente de outros institutos federais, possui uma Pró-Reitoria estudantil, somente para tratar assuntos de natureza do segmento discente. Durante a reunião com os discentes estes demonstraram entusiasmo com a formação que estão recebendo. Os alunos ressaltaram a qualidade das salas de aula, dos laboratórios e da biblioteca, assim como, de seus professores. Realizam e desenvolvem diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Muitos possuem bolsas oferecidas pela própria instituição, ou, por meio de agência de fomento a pesquisa, como o CNPq e a Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba - FAPESQ. A IES, no Campus de João Pessoa, possui dois Programas Especiais de Treinamento (PET), um para o Curso de Engenharia Elétrica e outro para o Curso de Licenciatura em Química. A IES possui um setor, Coordenação de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (COAPNE),

para dar assistência aos alunos com necessidades especiais educacionais específicas, assim como, efetivando e/ou contratando psicólogos, psicopedagogos, assistente social e tradutores em libras e braile, em seu quadro técnico administrativo. As atividades realizadas na pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial, observam os referenciais de qualidade desses cursos. Essas resultam de diretrizes de ações, que são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas. Existem dois coordenadores da pós-graduação, para os cursos stricto sensu (Mestrado em Engenharia Elétrica, com Conceito 3 pela Capes, e, Educação Tecnológica, ainda sem ter sido avaliado pela Capes) e um Coordenador para o curso lato sensu (Especialização em Gestão Pública, em EaD). Existe um Núcleo de Apoio a Pós-graduação ligada a Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação (CPPEI). O respectivo Núcleo tem a finalidade de acompanhar e avaliar internamente os cursos de pós-graduação, assim como acompanhar os egressos. Os cursos são ofertados de acordo com a demanda regional. As atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes. A IES possui diversos convênios internacionais com outras instituições de ensino superior, tais como: Oklahoma State University (EUA); Tampere University of Applied Sciences (Finlândia) e Universidade de Trás-os-Montes (Portugal) para dar suporte as atividades de pesquisa. Existe uma coerência muito boa entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas na IES.

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

4

Justificativa para conceito 4:As políticas referentes as atividades de extensão praticadas pela IES estão coerentes com o PDI. Nas reuniões com os corpos docente e discente verificou-se que essas políticas estão adequadamente implementadas e de acordo com o previsto no PDI. Observa-se que as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno. Atualmente, o IFPB, campus João Pessoa, possui diversos Programas Internos relacionados a extensão, com forte alcance social, com abrangência regional, tais como: Inovação; Jaguaribe em Foco; Despertando Vocais; Esferas; Gestão Sustentável. Entre esses programas merecem destaque os seguintes projetos: 1) Parklet IFPB ó criação de espaços alternativos de lazer utilizando pallets e vagas ociosas de automóveis na cidade de João Pessoa; 2) Movibem: Ciranda dos Saberes - confecção de mobiliários em pallets, incentivando a sustentabilidade e troca de saberes com a comunidade quilombola; 3) Ciranda ó implantação de uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários tendo o ser humano e o meio ambiente como centro da metodologia da incubação; 4) Implantação da Coleta Seletiva ó disseminar a coleta seletiva no Bairro Jaguaribe reduzindo o desperdício e promovendo o aproveitamento e a reciclagem dos resíduos; 5) Musica sem Fronteira ó proporcionar a comunidade acadêmica e escolar de João Pessoa a possibilidade de vivenciar a musica instrumental para despertar o gosto pela mesma; 6) Agricultura orgânica na feira agroecológica: comida do campo na cidade - ofertar produtos agroecológicos e alimentos saudáveis valorizando a cultura, a produção local e melhoria da renda dos agricultores familiares. Percebe-se que o ensino nos cursos de graduação apresenta forte interação com a comunidade local, através dos diversos projetos de extensão. A IES realiza vários convênios com empresas privadas, favorecendo o ensino e a extensão, tais como: Jeep, Baterias Mora e Indaiá. Existe uma coerência muito boa entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica,

4

artística e cultural.

Justificativa para conceito 4:As políticas referentes as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural praticadas pela IES estão coerentes e articuladas com o PDI. Nas reuniões com os corpos docente e discente ficou evidenciado que essas políticas estão adequadamente implementadas e de acordo com o previsto no PDI. A IES possui um programa de bolsas de iniciação científica que promove a inserção de discentes na pesquisa científica. Existem 330 alunos envolvidos em projetos de pesquisa. Atualmente, estão sendo desenvolvidos 13 projetos pelo CNPq, dos quais cinco foram agraciados com bolsa PIBIC de iniciação científica. A IES aloca horas de pesquisas aos docentes orientadores, como forma de incentivo a pesquisa. Discentes não bolsistas (voluntários) também podem realizar iniciação científica e os docentes também recebem horas de orientação para esses casos. Além das bolsas PIBIC, a IES oferta junto ao CNPq, bolsas PIBIT para o desenvolvimento de desenvolvimento tecnológico. Não obstante, o IFPB possui o Programa Interconecta que, recentemente, disponibilizou 22 bolsas de Iniciação Científica e recursos de apoio financeiro aos projetos de pesquisa na ordem de R\$6000,00, cada um. O Campus João Pessoa disponibilizou, com recursos próprios, 12 bolsas de iniciação científica. Ressalta-se que os valores das bolsas de IC é o mesmo dos valores das bolsas do CNPq. Os recursos dos projetos e bolsas internas são disponibilizados por meio de editais internos publicados pelo IFPB. O ambiente acadêmico promovido pela IES proporciona condições para a melhoria e o aumento da inovação tecnológica, fazendo com que o Campus de João Pessoa produzisse, de 2014 a 2018, 23 registros de patentes, três marcas e sete registros de software, junto ao INPI. Esse cenário oferece condições em relação às oportunidades de aplicação dos conhecimentos gerados na IES visando a qualificação profissional e a melhoria da qualidade de vida da sociedade regional. A IES, atualmente, conta com 42 grupos de pesquisa, com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, sendo que esses dois últimos segmentos realizam atividades de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico. A IES incentiva a participação dos pesquisadores em reuniões científicas, oferecendo auxílio financeiro e transporte para docentes e discentes. Articuladas com as atividades de pesquisa e iniciação científica o IFPB promove diversos eventos relacionados com as atividades científicas, tecnológicas e culturais, tais como: 1) Semana de Educação, Ciência e Tecnologia; 2) Olimpíada de robótica; 3) Desafio Racaton; 4) Semana 10; 5) Semana do meio-ambiente; 6) Projeto Olimpíada de Programação; 7) Arduino day; 8) Semana de redes de computadores. Existe uma coerência muito boa entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. 5

Justificativa para conceito 5:Em relação as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural verifica-se que existe coerência entre o PDI e as ações desenvolvidas pela IES. Observa-se que, a partir dos indicadores que constituem essa dimensão, que o IFPB atua em diversas frentes, principalmente, utilizando as ações de extensão e os convênios institucionais. Verifica-se que a política de formação de Núcleos de Extensão, também tem contribuído para o desenvolvimento dessas ações, o que tem possibilitado o reforço de ações afirmativas com a composição de grupos de trabalho em Educação, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais. O desenvolvimento desses núcleos tem possibilitado a construção de redes sociais promovendo a intervenção na realidade local e nos aspectos que tangem os indicadores desta dimensão. Recentemente foi criado o Núcleo de Documentação e Pesquisa

da Educação Profissional (NDPEP). O NDPEP tem o objetivo de realizar o resgate documental e a preservação da memória do IFPB, assim como a produção de conhecimento crítico sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O IFPB, por meio da PROEXC, formulou o Plano de Cultura, o qual foi aprovado pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A IES instituiu políticas Ambiental, de Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, as quais vem favorecendo a formação de grupos acadêmicos de trabalho para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão abordando esses temas de relevância educacional. A IES desenvolve diversos projetos com temáticas relacionadas a esses temas, os quais estão conectados com o desenvolvimento do ensino multi/inter e transdisciplinar. A IES possui um grupo de teatro Negra Sou, realiza atividades durante a semana da consciência negra, questões de gênero, povos tradicionais, mostra de saberes e ação social comunitária, festival de música, semana junina, entre outras. Existe um convênio com o Grupo Catajampa do bairro Mandacaru, visando o reaproveitamento de resíduos da instituição. O IFPB realiza a Semana da Diversidade e Inclusão, o Projeto Iluminemos de Azul por Autismo, palestras sobre Síndrome Asperg, Pessoa com deficiência reduzida, Libras e Braile. Verifica-se a preocupação da IES com a conscientização ambiental, a qual promove, anualmente, a Semana de Meio Ambiente, e desenvolve no campus projetos de recolhimento de resíduos sólidos, a reutilização de água dos condensadores de ar condicionados, a implantação da usina fotovoltaica para geração de energia, e, compostagem de resíduos orgânicos para utilização nos jardins do Instituto. Com essas ações a IES vem mostrando a comunidade acadêmica e a sociedade local a importância desses temas na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento do ser humano. Verifica-se que as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

2.6. Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. 5

Justificativa para conceito 5: Verifica-se que as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social possui coerência com o PDI. O IFPB vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social por meio de suas ações e projetos, atuando junto as comunidades locais e tradicionais, nas áreas indígenas, bairros da periferia, disseminando o conhecimento Técnico e Tecnológico, nas camadas sociais menos favorecidas. Para atender esses objetivos o IFPB realiza diversos convênios com instituições públicas e privadas, além de entidades organizadas da sociedade civil. O IFPB vem desenvolvendo diversas ações utilizando a inovação como fator de desenvolvimento econômico e social. O Convênio com a Cisco Systems vem contribuindo para a qualificação de técnicos e instrutores na área de redes, automação e internet das coisas. O IFPB vem implantando as empresas juniores, ligadas aos cursos de graduação, tais como, Administração, Geoprocessamento, Sistemas para Internet, Engenharia Elétrica, Automação Industrial, Designer de Interiores e Construção de Edifícios, como fio condutor de desenvolvimento social e econômico. Possui também, o Programa de Excelência de Micro eletrônica (PEM) em parceria com a Sony, visando a capacitação de recursos humanos na detecção de falhas em produtos; o projeto de desenvolvimento de solução de hardware e software, para o controle de almoxarifado e linhas de produção, em parceria com a empresa Pró Eletrônica. O Projeto Eu Respeito realiza o acolhimento de animais domésticos e silvestres. O Projeto Sereias da Penha, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Sebrae, capacita mulheres na fabricação de bijuterias a partir de escamas de peixes. O Programa Mulheres na Construção Civil, em parceria com o SINDUSCON, capacita mulheres, em estado de vulnerabilidade social, na construção civil.

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

O instituto, também implantou, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUTES), visando o investimento e fortalecimento de empreendimentos sociais solidários. As ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam, de maneira excelente, o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social. 5

Justificativa para conceito 5: Existe coerência entre as ações institucionais descritas no PDI e a responsabilidade social, referente a inclusão. Observa-se que o IFPB, campus João Pessoa, destaca-se pelo desenvolvimento de políticas afirmativas voltadas para os portadores de necessidades especiais. O Instituto possui a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (COAPNE), que promove o atendimento, a inserção e o cuidado com a comunidade acadêmica em relação as suas necessidades educacionais específicas. O Núcleo possui tradutores e intérpretes de Libras, transcritores de Braille, cuidadores, leitores, alfabetizadores de jovens e adultos, assistente social e psicopedagogos de seu quadro pessoal efetivo e contratados. O COAPNE atende atualmente 212 estudantes com deficiência. O Instituto realiza o Fórum de Debates sobre Inclusão e Acessibilidade, além de Oficinas Braille e Libras. Existe uma Política de Assistência Estudantil, oferecendo oportunidades aos alunos carentes, por meio da concessão de auxílios e benefícios de caráter social. O Instituto desenvolve também, os programas PRONATEC e o MULHERES MIL, visando o combate à desigualdade social. O IFPB tem implantado cursos de graduação a distancia em nível de graduação e pós-graduação, para que o conhecimento possa chegar aos mais distantes e diversificados rincões do estado. Outra ferramenta que a instituição utiliza para a diminuição das desigualdades sociais é a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES), a qual atua junto a comunidade local para realizar a inclusão social. O Programa de Extensão intitulado REDE VIVA objetiva proporcionar a comunidade informações sobre a prevenção e o uso de drogas. A instituição também conta com um programa de bolsas de extensão (PROBEXT), disponibilizando aos alunos oportunidade de desenvolver projetos e ações com o tema da inclusão social. Todos os anos o IFPB realiza a Semana da Inclusão, proporcionando a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Verifica-se que o Instituto tem desenvolvido ações inclusivas, promovendo a defesa dos direitos humanos, a diversidade, o respeito às diferenças e a inclusão, incentivando a remoção de barreiras e formas de discriminação. Observa-se á coerência excelente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.

2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. 5

Justificativa para conceito 5: Verifica-se a existência de articulação entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. O Instituto desenvolve ações afirmativas por meio da criação de Núcleos de Extensão, ligados a Coordenação de Pós Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação. O Departamento de Articulação Pedagógica conta com os Núcleos de Direitos Humanos e de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, previstos no PDI e implementados pela Instituição. Esses temas também fazem parte dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCø). O Instituto, por meio da Portaria 151-DG/JP-IFPB ,de 15/06/2017, institui a Comissão de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos, visando adequar a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, para garantir e aplicar os direitos humanos nos cursos de graduação. Varias foram as ações realizadas pelo Instituto em relação aos direitos humanos e

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

igualdade étnico racial, tais como: produção e divulgação de cartilhas sobre o transtorno do espectro altista; divulgação da legislação das culturas tradicionais e afrodescendentes; realização do fórum sobre juventude negra; implantação da incubadora de economia solidaria, para a promoção da igualdade racial; diálogos sobre a legislação, negritude e racismo; implantação da rede de combate ao assedio; educação em e para os direitos humanos e inserção curricular; sustentabilidade ambiental. Verifica-se que há coerência excelente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.

2.9. Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

5

Justificativa para conceito 5: Foi verificado coerência e articulação entre o PDI e as ações institucionais visando a internacionalização. O Instituto possui uma Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) que promove a internacionalização, realizando a interação entre colaboradores e pesquisadores, da graduação e da pós graduação, com Instituições e Grupos de Pesquisa Internacionais. O IFPB vem incentivado a participação da comunidade acadêmica em missões de intercâmbios científico e tecnológico, assim como, vem realizando convênios com outras Instituições ou Empresas internacionais. O IFPB instituiu diversas ações para regulamentar a internacionalização tais como, a Resolução CS/IFPB nº 142/2015, sobre a mobilidade acadêmica; Resolução CS/IFPB nº 144/2015, referente a institucionalização dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI); Resolução nº 64/2015, que cria o Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional (PAVI), visando acolher e auxiliar visitantes internacionais, associados aos Programas de Intercâmbio do IFPB, em sua estadia no Brasil. Verifica-se a existência de programas e projetos de pesquisa e de inovação com instituições internacionais, possibilitando o intercâmbio de pesquisadores entre as instituições parceiras, em países como EUA, Portugal, Finlândia, Holanda, Colômbia. As principais ações da internacionalização foram: Participação na FORINTER, CONIF, FAUBAI; Aplicações Proficiência TOEFL; Visita Professores Pesquisadores OSU/USA; Participação de alunos/professores no Campeonato Mundial Robótica Mercury/USA; Participação II Fórum Mundial EPT; Reunião Orientação Alunos Programa CsF; I Encontro Representantes Arinter e I Encontro Aplicadores TOEFL/TOEIC; I Painel/Workshop Internacionalização; Missão Internacional OSU/USA e ao Canadá; Encontro Internacional de Educação Profissional/Workshop Internacional de Inovação na Educação Profissional IFPB/SETEC/MEC-Finlândia; Participação Professores Chamada Finlândia ; 2º Fórum Anual Canadá Brasil Idiomas, Educação e Mão de Obra e Missão Instituições de Ensino Canadenses Francófonas (SP); participação na Chamada CONIF-CICan (Canadá-Brasil) contemplando bolsa para dois alunos; Participação International YouthCamp e Congresso Mundial WFCP/Reditec. Existe uma coerência excelente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização no campus de João Pessoa do IFPB.

Dimensão 3: EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS**4.310**

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

4

Justificativa para conceito 4: A comissão avaliadora percebeu coerência das políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas descritas no PDI e PPI, as quais encontram-se implantadas conforme os relatórios da CPA, assim como, os relatos dos docentes e dos discentes durante as reuniões. Do mesmo modo, identificou-se que, com relação aos programas de ensino, estes estão em funcionamento. Os PPCs estão constantemente atualizados. A IES oferece bolsa de pesquisa e monitoria para os estudantes. Existe uma

coordenação de apoio as pessoas com necessidades educacionais específicas (COAPNE) para dar apoio escolar e outras necessidades dos estudantes, tais como, serviço de psicologia, psicopedagogia, psicologia, assistência social, ensino e tradução de libras e braile. Os laboratórios são modernos, possuindo equipamentos avançados e sofisticados. As salas de aulas são climatizadas, possuindo equipamentos didáticos de alta tecnologia. O material didático e pedagógico utilizado pelos alunos são modernos, possuindo alto nível tecnológico. Os cursos possuem programas de monitoria com a concessão de bolsa para os monitores. O IFPB incentiva os docentes na participação de cursos, seminários e congressos, nacionais e internacionais. O Instituto realiza o acompanhamento dos egressos, e vários deles retornam a instituição visando uma educação continuada. Existe o Portal da Transparência onde os discentes podem acompanhar as ações e atividades acadêmico/administrativa da instituição. As ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, 4 quando previstos no PDI).

Justificativa para conceito 4: Verificou-se coerência das políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu descritas no PDI, as quais encontram-se implantadas e articuladas conforme os relatórios institucionais, assim como, os relatos dos docentes e dos discentes durante as reuniões. Muitos alunos de graduação estão inseridos nos grupos de pesquisa da instituição, desenvolvendo projetos de pesquisa, em iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e em inovação, junto com a pós-graduação. O Instituto possui o Programa Interconecta para o desenvolvimento da pesquisa. Existem 36 alunos com bolsas de IC. Identificou-se que, com relação aos programas de pesquisa, existem dois cursos de mestrado, um acadêmico em Engenharia Elétrica e um profissional em Educação Profissional e Tecnológica. O Instituto possui 71 grupos de pesquisa no CNPq, com a participação de 330 discentes. 147 docentes e 5 técnicos administrativos. A Instituição possui projeto editorial de publicação de revistas científicas visando a melhoria da perspectiva e da efetivação da pesquisa científica, no âmbito acadêmico, tais como: Revista Principia, Revista Brasileira de Saúde e Segurança no Trabalho, Revista Gestão e Organizações e Revista de Agroecologia no Semiárido. As ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação stricto sensu, considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (aplica-se quando previsto no PDI). 3

Justificativa para conceito 3: Verificou-se coerência das políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para o curso de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial. Existe um curso de especialização em Gestão Pública, o qual interage com os cursos de graduação. Esse segue os referenciais de qualidade de cursos e são resultantes das diretrizes de ações preconizadas no PDI e PPI. Observa-se que as políticas para esse eixo encontram-se implantadas conforme os relatórios institucionais relatadas pela CPA e estão acessíveis ao conhecimento da comunidade, assim como, os relatos dos docentes e dos discentes durante as reuniões. O Instituto conta com Regulamento Geral dos Cursos de Pós-

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

Graduação Lato Sensu. Atualmente, o IFPB está formalizando propostas de criação de novos cursos de pós-graduação Lato Sensu. Muitos alunos de graduação realizam trabalhos de IC junto aos projetos de especialização. Egressos do IFPB possuem a oportunidade de realizar a educação continuada no respectivo curso de especialização. Atualmente, o IFPB está formalizando propostas de criação de novos cursos de pós-graduação Lato Sensu, visando a ampliação do leque e da oferta de novos conhecimentos para os egressos e comunidade local. As ações acadêmico-administrativas previstas no PDI/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. 4

Justificativa para conceito 4:A comissão verificou coerência e articulação entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, observada nas diretrizes de ações preconizadas no PDI e PPI. Verificou-se que as políticas para esse eixo encontram-se implantadas conforme os relatórios institucionais relatadas pela CPA e estão acessíveis ao conhecimento da comunidade, assim como, os relatos dos docentes e dos discentes durante as reuniões. Existe regulamentação das atividades de Pesquisa, Inovação e Pós- Graduação do IFPB, aprovada pela Resolução nº 134/2015 ó CONSUPER. Observou-se que os alunos participam das atividades de pesquisa, realizando iniciação científica. Muitos possuem bolsa PIBIC ou PIBIT, aprovadas pelo CNPq, ou, pela Fundação de Apoio a Pesquisa da Paraíba - FAPESQ. A instituição incentiva a pesquisa científica fornecendo bolsas internas para estudante que desejam engajar-se nas atividades de pesquisa e inovação. Existe também uma política para voluntários nos projetos da instituição. Os estudantes de graduação interagem com a pós-graduação por meio dos projetos, além de participarem de eventos nacionais e internacionais, tais como, olimpíadas, congressos, missões e cursos. O IFPB incentiva seus alunos a produzirem patentes, sendo assim, um dos institutos federais, com maior número de patentes depositadas no INPI. No tocante as atividades artísticas e culturais o Instituto possui uma política centrada na cultura dos direitos humanos e da diversidade cultural e social. Promove uma série de atividades relacionadas ao tema da exclusão social, gênero, valores do conhecimento tradicional, musicalidade, cultura africana, entre outras. Verifica-se que as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão muito bem previstas/implantadas, em conformidade com as políticas estabelecidas.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão. 4

Justificativa para conceito 4:Durante a visita in loco verificou-se coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a extensão, observada nas diretrizes de ações preconizadas no PDI e PPI. As políticas para esse eixo encontram-se implantadas conforme os relatórios institucionais, informações relatadas pela CPA e estão acessíveis ao conhecimento da comunidade, assim como, nos relatos dos docentes e dos discentes durante as reuniões com a comissão. Nos PPC dos cursos de graduação as atividades de extensão são contempladas. Os alunos possuem bolsas de extensão dadas pelo próprio Instituto. Atualmente, existem 14 projetos de extensão financiados pelo instituto com bolsa para os estudantes e apoio financeiro para a realização das atividades. As atividades de extensão possuem relevância acadêmica e social no entorno institucional e a sua vinculação com a formação acadêmica dos alunos do IFPB. Com relação às políticas de extensão, observou-se que a Instituição possui diversos programas e projetos de extensão, tais como, Incubadora Juniores e Incubadora Social, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

da Consciência Negra, entre outras. A IES realiza vários convênios com empresas privadas, favorecendo o ensino e a extensão, tais como: Jeep, Baterias Mora e Indaiá. Verifica-se que as ações acadêmico-administrativas de extensão estão muito bem previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural. 5

Justificativa para conceito 5: Foi verificada pela comissão avaliadora a existência de políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural. O IFPB vem investindo em diversos sistemas para a aquisição e difusão do conhecimento científico e tecnológico. O Instituto conta com o Portal de Periódicos (periodicos.ifpb.edu.br) e o Repositório digital (repositorio.ifpb.edu.br). O IFPB edita e divulga a Revista Principia; Revista Práxis: Saberes da Extensão; Revista Rizoma: Ação e Reflexão; Revista Brasileira de Saúde e Segurança no Trabalho ó REBRAST; Revista Gestão e organizações ó REGOR; Revista de Agroecologia no Semiárido. O Portal do IFPB também contribui com a difusão do conhecimento e das atividades artísticas e culturais, gerada na instituição. A Instituição possui um Programa de Apoio à Publicação de Livros, por meio da Editora do IFPB, a qual é normatizada pela Resolução 147/2016 CONSUPER. O IFPB oferece bolsa de pesquisa para a iniciação científico-tecnológica para seus estudantes tanto para Iniciação Científica quanto para a Tecnologia e Inovação. O Instituto possui 71 grupos de pesquisa com 330 discentes, 147 docentes e 5 técnicos administrativos, os quais contam com auxílios para a participação em eventos nacionais e internacionais. As ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.

3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa. 5

Justificativa para conceito 5: Com um PDI bem estruturado e abrangente para o cumprimento da missão e objetivos institucionais, a comunicação é uma preocupação do IFPB e foca tanto a comunicação interna quanto externa. Para tanto, a IES discutiu e aprovou sua política de comunicação, que se encontra em vigência neste PDI 2015-2019. Ao definir políticas de comunicação, o IFPB garante um padrão de comunicação, sua gestão e os objetivos a serem alcançados, facilitando corrigir percalços e melhorando os processos de comunicação. Dentre os objetivos prioritários de comunicação e de marketing do IFPB, destacam-se: Viabilizar campanhas publicitárias direcionadas ao cidadão divulgando os produtos e serviços do IFPB; Reforçar a imagem da instituição na sociedade; Investir em ações dirigidas de mobilização social, oferecendo materiais de divulgação sobre o ensino, pesquisa e extensão do IFPB para lideranças comunitárias e atores sociais; Fornecer material para de apoio às ações realizadas pelos campi, dentre outros órgãos e unidades do IFPB; Desenvolver estratégias casadas com as coordenações sistêmicas de comunicação e marketing, a fim de oferecer, periodicamente, aos veículos de comunicação, pauta positiva sobre o IFPB; Viabilizar campanhas institucionais para serem veiculadas nos meios de comunicação institucional e outros meios de comunicação públicos e comunitários; Realizar recepção às autoridades em visita à Reitoria e criar material institucional para ser entregue a este público; Empreender pesquisa de imagem sobre o IFPB. A responsabilidade da Comunicação, seja interna ou externa, é da Diretoria Geral de Comunicação e Marketing. O trabalho da comunicação institucional é abrangente, envolvendo a área jornalística,

publicidade e toda comunicação visual e via internet, incluindo o Portal do IFPB e as redes sociais. Esses espaços de mídias permitem que a comunidade externa acesse ao que acontece no IFPB e, também, possa apresentar sugestões e demandas, importantes para a comunicação da instituição com a sociedade no atendimento de suas demandas. Particularmente no campus de João Pessoa, existe uma Assessoria de Comunicação, em razão de ser o mais antigo e do tamanho do campus, que conta com o apoio do design e do jornalismo. Essa comunicação é completada com a ouvidoria e a CPA. A ouvidoria, conforme relatos de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes é um canal que funciona de modo muito positivo, sendo responsável por atender não somente a comunidade interna, mas também a comunidade externa. Afora a ouvidoria, o IFPB dispõe de outros meios de comunicação com a comunidade externa, que disponibiliza documentos e podem ser acessados, como o portal da transparência, premiado em concursos nacionais, além da área de Acesso à diversas informações. Esse planejamento, organização e o conjunto de canais de comunicação estabelecidos e em funcionamento no IFPB, facilitam a difusão das políticas de comunicação, a inserção na mídia e na sociedade e a difusão das atividades e ações realizadas pela IES. Com isso, a comunicação externa alcança um grau de satisfação excelente.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

5

Justificativa para conceito 5: Para a comunicação interna, os descritores deste item preenchidos pela instituição estão todos implantados, não vamos repetir aqui, pois são muitos. Como foi mencionado, a responsabilidade da Comunicação, seja interna ou externa, é da Diretoria Geral de Comunicação e Marketing. O trabalho da comunicação institucional é abrangente, envolvendo a área jornalística, publicidade e toda comunicação visual e via internet, incluindo o Portal do IFPB e as redes sociais. O corpo discente, docente e servidores técnico-administrativos usam essas mídias no processo de comunicação com a IES e a IES torna esse espaço privilegiado para atender de modo excelente sua comunicação com a comunidade interna. Esse trabalho é fruto de discussões e estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançadas na comunicação. Tendo sido, para alcançar qualidade e eficiência na comunicação, o estabelecimento de uma política de comunicação, presente no PDI 2015-2019. No campus de João Pessoa a comunicação interna está funcionando muito bem, posto que além dos canais existentes na IES, também possui uma Assessoria de Comunicação, o que torna mais eficiente e melhora esse trabalho de comunicação. A ouvidoria, conforme relatos de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes é um canal que funciona de modo excelente, que atende também a comunidade externa, mas é o mais utilizado para as demandas de curto, médio e até de longo prazo de todo o corpo social da IES. O sistema interno de uso dos discentes, docentes e técnicos para as atividades acadêmicas e administrativas está implementado e funcionando de forma excelente, incluindo o acesso aos serviços oferecidos pela IES. Entende a comissão que a comunicação interna da IES, campus de João Pessoa, alcança um grau de satisfação muito bom no conjunto dessa comunicação, resultado do planejamento, organização interna, objetivos bem definidos, diversidade de meios de comunicação e crescente interesse institucional em continuar aprimorando esse processo de comunicação, como é o caso do sistema acadêmico-administrativo interno. Existem diversos canais de comunicação como: JORNAL IFPB; PORTAL IFPB; REDES SOCIAIS; MURAL DIGITAL/TV CORPORATIVA; WEB RÁDIO IFPB; TV IFPB; NEWSLETTER ó Boletim eletrônico semanal com atualização das principais notícias divulgadas no âmbito do IFPB ao longo da semana; entre outros. Estes ambientes concentram alto índice de visitas em busca de informações sobre informações do IFPB. O Email Institucional é outra ferramenta utilizada para comunicação interna. Para isso, formatamos um layout único padronizado com a identidade do IFPB. Hoje, alunos, gestores

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

e servidores em geral contam com uma ferramenta customizada para emissão de mensagens por e-mail personalizado. Assim, os canais de comunicação interna estão implantados, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

3.9. Programas de atendimento aos estudantes. 5

Justificativa para conceito 5: Durante a visita in loco verificou-se a existência de programas de atendimento aos estudantes. A Política de Assistência Estudantil é regida pela Resolução CS nº 40/2011, com os seguintes programas: O Programa de Benefícios Sócio Assistenciais, Programa de Alimentação, Programa de Atenção à Saúde do Estudante, Programa de Iniciação ao Trabalho, Programa de Integração dos Estudantes Ingressos, Programa de Material Didático Pedagógico, Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais, Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho, Programa de Apoio Pedagógico, Programa de Auxílio Transporte. Destaca-se que a IES possui uma Coordenação voltada ao apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CONAPNE), regulamentado pela Resolução CS nº 139/2015, e que a mesma possui a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ó PRAE, específica para o atendimento e acolhimento aos alunos. O suporte aos alunos, da instituição e/ou intercambistas, nacionais e/ou estrangeiros, também é dado por equipes multiprofissionais formadas por médicos, odontólogos, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais. Observa-se que os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos/implantados de maneira excelente.

3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. 4

Justificativa para conceito 4: Durante a visita in loco a comissão verificou a existência de programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. O Instituto, por meio, da PROEXC articulada as outras Políticas Institucionais criou o Programa de Promoção de Eventos de Extensão (Edital 17/2015 PROEVEXT), que possibilita a participação dos estudantes em eventos e incentiva a produção de saberes, por meio das ações de extensão. A instituição promove uma serie de eventos internos e externos relacionados com a ciência e cultura, nos quais ocorre a participação efetiva dos estudantes. O Instituto sistematicamente realiza diversos eventos, tais como : semanas tecnológicas, jornadas científicas, encontros, Fóruns, competições de robótica, seminários e simpósio de pesquisa Inovação e Pós-graduação (SIMPIF). O IFPB incentiva a participação dos estudantes nos eventos externos, nacional e internacional, apoiando financeiramente aqueles estudantes que possuem trabalhos a serem apresentados em congressos, desafios, visitas técnicas e concursos. Os programas de apoio ao discente estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos. 4

Justificativa para conceito 4: Na IES, há uma política de acompanhamento de egressos, que está regulamentada pela resolução 15/2016, dispondo sobre o Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

da Paraíba. O referido documento é utilizado como norteador da organização e do funcionamento das práticas voltadas aos egressos dos cursos ofertados pelo IFPB. O PAE está vinculada à Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, enquanto em nível de Campus, é atribuição do Coordenador de Extensão ou um servidor designado pela Direção Geral do Campus. O IFPB também conta com o apoio da CPA, um canal de comunicação específico com os alunos formados pelo IFPB. Existe uma página de internet para os egressos, como um canal de comunicação institucional, hospedada na página principal da IES, onde os egressos poderão acessar informações acerca de eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição, garantindo, sempre que possível, a sua participação em programas, projetos e outras atividades acadêmicas promovidas pela Instituição, contribuindo para a sua formação profissional e integração com a comunidade acadêmica. Além disso, os egressos podem atualizar seus dados no banco de dados da IES. A convocação para o preenchimento do referido questionário da CPA é feita via e-mail, a partir dos dados cadastrados através da compilação das fichas dos alunos que concluíram seus cursos nos últimos três anos. No âmbito do Planejamento Estratégico Decenal ó PLANEDE (2015- 2025) do IFPB, foi realizada 92 oficinas temáticas, audiências públicas envolvendo professores, estudantes, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e egressos, reconhecendo, nesses últimos, a importância das contribuições e perspectivas destes que cumpriram uma importante etapa de seu processo formativo na instituição, além de ser um meio de aproximá-los da vida do IFPB. A política institucional para o acompanhamento de egressos está prevista dentro do PDI em vigência, com definições claras da importância do papel dos egressos no retorno de informações que podem colaborar com a instituição para melhoria da formação dos alunos, sendo um elo de relacionamento com a sociedade. A IES considera que a formação continuada é um dos pontos estratégicos para esse relacionamento. Esta política define com clareza o propósito de aproximar a instituição dos egressos e da sociedade e dos egressos com a IES, para poder traçar melhor o perfil dos seus formandos. Consideram que a comunicação é um caminho importante para essa aproximação. Algumas ações nessa direção de contato com os egressos e atração para a educação continuada é uma prática que vem funcionando. Pelo exposto, o plano de ação/ações institucionais implantado atende muito bem à política de acompanhamento dos egressos.

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

4

Justificativa para conceito 4: O IFPB tem desenvolvido importantes ações com o propósito de manter a interlocução e fazer o acompanhamento dos egressos, através de pesquisa e Encontro de Ex-Alunos, com o intuito de conhecer a troca de experiências dos participantes. Esse processo vem permitindo a instituição conhecer mais de perto a realidade dos egressos no mundo do trabalho e, a partir desse diagnóstico, reavaliar sua própria prática. Outra iniciativa de destaque trata do reconhecimento público prestado aos egressos que ingressam em cursos de pós-graduação do próprio IFPB, e, em outras instituições de ensino. Em 2016, o campus de João Pessoa divulgou matéria em seu sítio institucional com a divulgação de seis estudantes, entre alunos e ex-alunos do curso de Química do Campus que foram aprovados nas seleções para Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Química (PPGQ) e em Ciência e Engenharia de Materiais (PPCEM) da UFPB. Há também homenagens aos estudantes egressos nas comemorações dos 107 anos da instituição (celebrados em setembro de 2016). O Planejamento Estratégico Decenal (2015-2025) do IFPB, em fase de elaboração, tem dialogado com a comunidade acadêmica, com a comunidade externa e com os estudantes egressos, inclusive com servidores que foram estudantes da instituição. A participação desse grupo de servidores no Planejamento Estratégico Decenal (2015-2015) tem se caracterizado como ação de valorização dos

servidores/egressos em função da vivência desse grupo com o passado e com a atualidade da instituição. A comissão verificou a contratação de vários docentes e Servidores Técnico-Administrativos (STAs) egressos do IFPB. A CPA apresentou a comissão o questionário de avaliação dos egressos. O IFPB procura ouvir os egressos via formulário abordando alguns aspectos, entre eles, estágios, empregabilidade, infraestrutura e qualidade de ensino da IES. Dessa pesquisa, a instituição pode verificar vários indicadores que serão trabalhados para a melhoria de seus cursos. Existe preocupação da IES para o mundo do trabalho, até em face da oferta de diversas modalidades de cursos, boa parte técnicos e tecnológicos, subsequentes e graduações. Dentro do IFPB há instalado o empreendedorismo e empresa júnior, que são importantes para o mundo do trabalho. Para isso, também existe um trabalho de busca de parcerias da IES com o setor privado, onde a participação dos egressos é bastante participativa. Assim, as ações implantadas pela IES atendem muito bem à verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI). 5

Justificativa para conceito 5: O quesito inovação tecnológica e propriedade intelectual está estruturado dentro do IFPB, com o apoio da Diretoria de Inovação Tecnológica (DIT), criada em 2015 (Resolução nº 238/2015), busca investir na inovação tecnológica, na disseminação da cultura de propriedade intelectual e assessoramento a pesquisadores, como propõe um dos objetivos institucionais. O DIT é responsável por conduzir a questão da propriedade intelectual e da inovação tecnológica, incluindo, para isso, o treinamento, capacitação, orientação e normatização dessa atividade dentro da IES, com vistas a alcançar o sucesso nessa área. A origem do IFPB e sua vocação para o desenvolvimento de tecnologia e inovação é um aspecto importante que já vem dando visibilidade a instituição e a coloca inserida, cada vez mais, nos setores produtivos. Para tanto, a IES está realizando de forma organizacional e estruturada todos os processos internos de regulamentação e implantação dos processos de propriedade intelectual e inovação, em consonância com seus documentos oficiais. Uma ação inovadora da IES, por intermédio da DIT, na direção de estimular o desenvolvimento de tecnologias e o depósito de patentes foi conceber uma cartilha sobre como proceder no INPI a patente. Também está incluído no pacote de serviços a orientação para feitura de relatórios e demais procedimentos documentais que levem a poder depositar uma patente. A divulgação das propriedades intelectuais protegidas pelo IFPB é realizada pelo portal da IES, Repositório digital do IFPB e do portal da inovação da Rede NIT-Nordeste. A DTI faz o mapeamento das competências dos pesquisadores do IFPB, utilizando um formulário web, com acompanhamento e avaliação permanente das ações relacionadas à pesquisa, à inovação e à pós-graduação. Até o presente momento, o IFPB já registrou no INPI 26 pedidos de proteção de propriedades intelectuais, dentre as quais 16 patentes de invenção, 01 patente de modelo de utilidade, 07 programas de computador e 02 marcas. Em 2016, um Edital de Pesquisa foi lançado com objetivo de geração final de produtos ou processos de inovação (EDITAL 21/2016 - Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação). Este edital selecionou Projetos de Pesquisa voltados ao desenvolvimento tecnológico e à Inovação capazes de promover o desenvolvimento tecnológico, social e a melhoria de processos educacionais. A IES tem recebida premiações, incluindo boas práticas de gestão e, mais do que isso, está procurando empresas para se associarem em parcerias para adquirir as tecnologias desenvolvidas pelo IFPB. Esse trabalho está no centro da preocupação do IFPB para o desenvolvimento da

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

inovação tecnológico associada ao setor privado e, também, está sendo realizado a formalização de instrumentos legais que possam garantir que investimentos possam ser realizados pelo setor produtivo dentro da instituição. Em atendimento à legislação vigente, especialmente o Decreto 7.423/2010, o IFPB busca o caminho das fundações de apoio para fazer a gestão e execução de projetos tecnológicos e de inovação, de forma institucionalizada com aprovação do seu conselho superior. Esse é um passo importante que dará agilidade na execução desses projetos e que facilita a captação de recursos de editais e recursos privados, como já vem acontecendo nos últimos anos. O esforço da instituição de ampliar seus horizontes no desenvolvimento de tecnologias e na inovação vem se dando das formas como mencionadas, mas também de se associar a outras instituições com vistas a implantação de um pólo de inovação na região. Diante do exposto, as ações implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira excelente.

Dimensão 4: EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO**4.630**

4.1. Política de formação e capacitação docente.

5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente do IFPB, campus de João Pessoa, conta com 305 professores(as) sendo distribuídos da seguinte forma quanto a titulação: 138 doutores (45,2%); 144 mestres (47,2%); e 23 especialistas (7,5%). Quanto ao regime de trabalho a distribuição tem a seguinte constituição: 272 são DE (89,2%); 27 são tempo integral 40 horas (8,8%); e 6 são tempo parcial 20 horas 2,0%). Dos 305 docentes: 277 são efetivos (90,8%); e 28 são substitutos (9,2%). As políticas de pessoal dos Professores do IFPB estão pautadas na Lei 12.772, de 28/12/2012, e com o artigo 96-A da Lei nº 8.112/1990. Os docentes da IES contam também com instrumentos internos regulatórios, a exemplo da Resolução do Conselho Superior nº 96/2014, que regulamenta a Política de Capacitação/Qualificação para os servidores do IFPB. A Resolução CONSUPER nº 148/2015, dispõe sobre Regulamento do Programa de incentivo à Pós-Graduação para servidores do IFPB ó PIQIFPB. Além desses instrumentos, o IFPB também promove ações para incentivar a prática continuada de capacitação, formação e qualificação tais como: recursos orçamentários exclusivo para capacitação/qualificação; celebração de convênios, na pós-graduação stricto sensu, MPMGOA (UFPB), MPPGAV (UFPB) e MPPGP (UFRN) e Educação (UFRN); Afastamento total e parcial de servidores para participação em programas de pós-graduação; e Contratação de professores substitutos, nos termos da Lei nº 8.745/1993, para suprir temporariamente o afastamento dos servidores. No campus de João Pessoa do IFPB, todos os docentes envolvidos no ensino superior possuem graduação e pelo menos uma pós-graduação lato sensu, conforme determina a legislação. A seleção dos docentes para o afastamento integral é realizada periodicamente, por meio de políticas institucionais. Nas entrevistas com o corpo docente e documentos analisados, esta comissão verificou que vários professores(as) foram capacitados e qualificados com base nestas políticas. A IES apresentou documentos oficiais sobre a quantidade de docentes afastados para capacitação e qualificação nos últimos anos. Na instituição existem outros processos de capacitação e qualificação, como EAD (que oferta capacitações na área de EaD) e a participação em missões de estudo promovidas por chamadas públicas da CAPES (Programa SETEC-CAPES/NOVA), CNPQ (Programa Finlândia I e II, de capacitação de educadores brasileiros em universidades da Finlândia) e um Programa Interno de Ambientação Local dos seus servidores. A comissão verificou a oferta de vários cursos de formação inicial e continuada em EAD. Ainda nas entrevistas com o corpo docente foi verificado a participação dos docentes em eventos científicos e culturais dentro e fora da instituição, com apoio institucional. A instituição utiliza dos serviços de eMails, flanelógrafos, reuniões de departamentos e colegiados, entre outros, para divulgar as

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

ações de formação e capacitação pertinentes ao corpo docente. Diante do exposto, a política de formação e capacitação docente está implantada, de maneira excelente, considerando o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.**5**

Justificativa para conceito 5:A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está implantada e muito bem organizada, funcionando adequadamente, conforme constatado por esta comissão, principalmente nas entrevistas com o corpo de Servidores Técnico-Administrativos (STAs). Várias capacitações de STAs foram feitas nos últimos anos, levando-se em consideração mais a parte de gestão administrativa face a formação e capacitação principalmente dos técnicos em manutenção dos laboratórios dos cursos de graduação. Existe na instituição um setor específico para tratar deste assunto, formado por profissionais qualificados. Os mesmos instrumentos e políticas institucionais usados para os docentes também são extensivos aos STAs. Além desses, os STAs também contam com políticas de formação e capacitação específicas tais como a Lei nº 11.091/2005, o artigo 96-A da Lei nº 8.112/1990 e os instrumentos internos (Resolução do Conselho Superior nº 96/2014, que regulamenta a Política de Capacitação/Qualificação para os STAs, disciplinando as oportunidades de afastamentos para esta finalidade, e a Resolução CONSUPER nº 148/2015, que dispõe sobre Regulamento do Programa de incentivo à Pós-Graduação para servidores do IFPB óPIQIFPB). A comissão verificou a capacitação e qualificação de vários STAs nas entrevistas com o corpo dos STAs. Nas visitas realizadas nos diversos setores do campus, verificou-se que os STAs trabalham em ambientes com móveis, utensílios e equipamentos tecnológicos modernos e de boa qualidade. Em 2016 foram afastados para qualificação e capacitação fora do país 05 STAs, além de várias capacitações dentro do país nos últimos três anos. Destaque para um servidor que coordena pesquisas científicas na Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação (CPPEI), na área de biologia. Documentos analisados pela comissão, mostraram o comprometimento da instituição com a capacitação e formação do seu corpo técnico-administrativo, limitada aos recursos financeiros disponíveis. O Campus João Pessoa ofertou onze cursos de qualificação para os STAs de 2013 a 2016, capacitando 325 servidores nos cursos de: Excelência nas Práticas de Responsabilidade Sócio-Ambiental, Redação Oficial e o Novo Acordo Ortográfico, Planejamento e Orçamento Público, Gestão e Fiscalização de Contratos, Legislação Aplicada a Gestão de Pessoas, Elaboração de Projetos, Metodologia do Ensino e suas Novas Tecnologias, Educação Inclusiva, Planejamento Estratégico, Estresse no Trabalho e Gestão de Processos. No mesmo período, o Campus João Pessoa patrocinou a formação de 454 servidores em cursos e programas diversos, cumprindo a política de formação de recursos humanos do IFPB. Isto mostra que vários servidores participaram mais de uma vez dos processos de capacitação e qualificação, nos últimos três anos, haja vista que o campus de João Pessoa conta atualmente com 231 STAs ligados ao ensino superior. Diante disso, esta comissão entende que a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está implantada de maneira excelente, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

4.3. Gestão institucional.**5**

Justificativa para conceito 5:A Gestão do IFPB está organizada administrativamente da seguinte forma: I. COLEGIADOS (Conselho Superior; Colégio de Dirigentes; e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão); II. REITORIA (Gabinete; Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de

Administração e Planejamento; Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização; Diretorias Sistêmicas; Procuradoria Federal; Auditoria Interna; e Ouvidoria); III. CAMPUS, que para fins da legislação educacional, são considerados sedes. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo da IES, tendo a seguinte composição: I. o Reitor, como presidente; II. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo docente, eleita por seus pares, na forma regimental; III. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo discente, eleita por seus pares, na forma regimental; IV. uma representação de cada Campus, destinada ao corpo técnico-administrativos, eleita por seus pares, na forma regimental; V. 02 (dois) representantes dos egressos, indicados por entidades representativas; VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, indicados pelas entidades e nomeados pelo Reitor; VII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, indicado pelo respectivo Ministério e nomeado pelo Reitor; e VIII. uma representação dos diretores-gerais de cada Campus. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII, serão designados por ato do Reitor. Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I, VII e VIII. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição: I. o Reitor, como presidente; II. os Pró-Reitores; e III. os Diretores-Gerais dos campi. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a seguinte composição: I. Pró-Reitor de Ensino; II. Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; III. Pró-Reitor de Extensão; IV. um representante das Diretorias de Ensino dos campi, eleito pelos seus pares; V. um representante dos Departamentos ou Coordenações de Pesquisa e Extensão dos campi, eleito por seus pares; VI. um representante dos docentes dos programas de pós-graduação, eleito por seus pares; VII. dois representantes dos docentes dos cursos da Instituição, com exercício de atividades em sala de aula, eleitos por seus pares; VIII. um representante da equipe pedagógica, indicado por seus pares; IX. um representante discente indicado pelas entidades estudantis; X. um docente representante dos programas de pesquisa, eleito por seus pares; XI. um docente representante dos programas de extensão, eleito por seus pares; XII. um discente representante dos programas de pesquisa, eleito por seus pares; XIII. um discente representante de programas de extensão, eleito por seus pares; e XIV. um representante da Fundação de Apoio da Instituição. Juntamente com os conselheiros representantes, serão eleitos ou indicados suplentes que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular representante. O mandato dos conselheiros representantes e respectivos suplentes será de 2 (dois) anos permitida, a recondução consecutiva por mais 2 (dois) anos. A Reitoria será exercida por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contado da data da posse, sendo permitida uma recondução. O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto Federal da Paraíba, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. Os Campi do IFPB são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contado da data da posse, sendo permitida

uma recondução. Cada Campus terá um Conselho Diretor, como seu órgão máximo, de caráter consultivo e deliberativo, presidido pelo Diretor-Geral. O Campus terá um Regimento Interno elaborado de acordo com as suas especificidades, aprovado pelo seu Conselho Diretor e submetido à apreciação e deliberação do Conselho Superior do Instituto Federal da Paraíba. A organização geral dos campi do Instituto Federal da Paraíba compreende: I. Conselho Diretor; II. Diretoria Geral; III. Diretorias; IV. Departamentos administrativos e acadêmicos; V. Coordenações acadêmicas e administrativas; VI. Assessoria Jurídica; VII. Ouvidoria; e VIII. Auditoria Interna. A comissão verificou que o IFPB aponta para a importância do aprimoramento da gestão a partir da avaliação constante de seus processos, com implementação de diferentes formas e instrumentos de avaliação. As avaliações institucionais internas e externas subsidiam a tomada de decisão para melhorar cada vez mais a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão acadêmica e administrativa. Os colegiados estão bem definidos e representados pelos diversos segmentos das suas comunidades, incluindo também a participação de membros externos à instituição, em vários casos. Os membros dos colegiados e os gestores da instituição são geralmente eleitos por docentes, discentes e corpo técnico-administrativo. As reuniões dos colegiados são realizadas com agendas prévias definidas no início do ano, atas são lavradas contendo informações das decisões tomadas. Por tudo isso, esta comissão de avaliação entende que a gestão institucional está implantada de maneira excelente para o funcionamento da instituição, considerando os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

4.4. Sistema de registro acadêmico.

4

Justificativa para conceito 4: Na IES existe um Departamento de Cadastro Acadêmico, Certificação e Diplomação ligado a Pró-Reitoria de Ensino, com bastante interação com os setores de controle acadêmicos dos campi. Suas atribuições são de supervisionar a organização e atualização dos cadastros escolares dos alunos do ensino técnico, da graduação e da pós-graduação operados pelos campi do IFPB e articular-se com os setores de controle acadêmico dos campi visando a emissão de certificados e diplomas e o seu registro, quando cabível. O sistema de registro acadêmico existente e em uso na instituição é o software Q-Acadêmico com acesso remoto via terminal servers e acesso no módulo WEB para docentes e discentes. Este software pertence a empresa terceirizada Qualidata com contrato de prestação de serviços à IES. Este sistema tem recebido comentários positivos por parte do seu corpo técnico-administrativo, por se tratar de um ambiente computacional de alta interatividade funcional. Este fato foi abordado nas entrevistas realizadas por esta comissão, principalmente com discentes e corpo técnico-administrativo. O sistema tem seu desenvolvimento interativo também com a equipe de TI do IFPB e possui conexão com outros bancos de dados, usados anteriormente à sua aquisição. O Q-acadêmico detém atualmente em sua base de dados um volume muito alto de informações. A partir do ano de 2015, a Pró-Reitoria de Ensino em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação implantou uma nova ferramenta de controle acadêmico, denominado Suap Edu. Trata-se de um sistema próprio e moderno do IFPB, com acesso remoto, para gerir os processos acadêmicos. Atualmente, todos os alunos dos cursos de ensino médio e superior estão cadastrados no Suap Edu. A Pró-Reitoria de Ensino, através do departamento de cadastro acadêmico, continua promovendo encontros presenciais e via web conferência com os controles acadêmicos dos campi, visando aprimorar, cada vez mais, a operacionalização destes sistemas e proporcionar melhor atendimento ao discente, como também, dar mais celeridade na finalização dos trâmites de processos de certificação e diplomação. Além disso, ele conta com o apoio de profissionais altamente capacitados da equipe de desenvolvimento

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

de sistemas da IES, através da Diretoria de TI. A IES está operando os dois sistemas de controle acadêmicos, sendo alunos cadastrados até 2015 no Q-Acadêmico e alunos cadastrados no Suap Edu a partir de 2016.1, exceto o Campus Guarabira que iniciou em 2015. O sistema acadêmico Suap Edu tem sistemas integrados que atendem os registros e diversas ações integradas no ensino tais como acessar o módulo acadêmico, o cadastro de cursos, disciplinas, áreas de conhecimento, atividades complementares e formas de avaliação pelo controle acadêmico, como também, permitindo a matrícula dos alunos pela internet. Os diários de classe e o lançamento de notas são feitos pela web, neste caso, os alunos também podem visualizar os resultados do processo avaliativo e o registro de frequência. O sistema emite relatórios que permitem aos gestores o acompanhamento das atividades acadêmicas realizadas pelos alunos e professores. Dessa forma, o sistema acadêmico Suap Edu atende às necessidades institucionais e dos discentes, considerando-se a organização e agilidade no atendimento. Assim, esta comissão entende que o sistema de registro acadêmico implantado no IFPB atende de maneira muito bem às necessidades institucionais e dos discentes, considerando os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

4.5. Sustentabilidade financeira.**4**

Justificativa para conceito 4: Os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Desta forma, o IFPB é financiado com recursos públicos advindos do Orçamento Geral da União, por meio da LOA - Lei de Orçamento Anual; recursos de programas do Governo Federal, como o Pronatec, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Rede e-Tec, Emendas Parlamentares, entre outras. Esses recursos permitem a instituição modernizar e ampliar sua infraestrutura, algumas vezes através de cooperação com a SETEC/MEC, Capes, CNPq, Finep, FNDE e outros órgãos públicos de fomento. No PDI 2015-2019, o IFPB estabeleceu objetivos estratégicos para melhorar a efetividade da aplicação dos seus recursos, baseada principalmente na Matriz CONIF (distribuição financeira na LOA para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica). A reitoria é a responsável pela execução e a distribuição orçamentária do IFPB que ocorre de forma parcialmente descentralizada, com cada campus planejando e aplicando seus próprios recursos com anuência da reitoria. Ultimamente os recursos financeiros do IFPB teve alterações por instabilidades financeiras da União, segundo entrevistas e documentos analisados por esta comissão. Entretanto, não foram detectadas baixas significativas nas atividades desenvolvidas pela IES. No campus de João Pessoa, a comissão verificou grandes obras de expansão do restaurante, da área administrativa e salas de aulas. Além disso, houveram atualizações dos equipamentos de informática e aquisições de móveis e utensílios. Há boa participação dos alunos e professores na pesquisa, ensino e extensão com recursos externos e internos. Nas entrevistas com os alunos, boa parte possui algum tipo de bolsa podendo ser de pesquisa, monitoria, projeto de extensão, entre outras. Superações foram detectadas e vários prêmios foram alcançados neste campus com os trabalhos desenvolvidos pelo seu grupo gestor. Diante do exposto, esta comissão entende que as fontes de recursos executadas pelo IFPB atendem muito bem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.**4**

Justificativa para conceito 4: O Planejamento orçamentário e financeiro da instituição é construído com base: nos indicadores institucionais em ensino, pesquisa e extensão, levando em conta a quantidade de matrículas; os projetos de pesquisas previstos ou em andamento; as ações de extensão consolidadas no instituto ou em expansão; nos custos de manutenção e

funcionamento da instituição. No orçamento, também são previstas as ações de reformas físicas, construções, aquisição de mobiliário e equipamentos, entre outras. Desta forma, a IES se planeja para controlar e acompanhar seu planejamento financeiro-administrativo. A gestão orçamentária no IFPB também leva em consideração as despesas de manutenção da unidade gestora e com os gastos dos projetos constantes no PDI, colaborando no alcance das metas e objetivos institucionais deste documento. Existe no IFPB um modelo de gestão colaborativa e sustentável com o objetivo de melhorar a gestão e o planejamento dos recursos financeiro, baseado nas seguintes estratégias: visão sistêmica; diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável; prazos e procedimentos claros e objetivos, visando à qualidade do gasto público, eficiência e possibilidade de recursos extra-orçamentários; gestão de planejamento e orçamento; mapeamento de competências e capacitação permanente; estabelecimento de Planos Diretores Institucionais para Tecnologia da Informação, Licitações e Obras/Serviços de Engenharia, incluindo a discussão de diretrizes, procedimentos, normas e planejamento, com o estabelecimento de critérios para definição de prioridades e execução conjunta; processos de execução orçamentária conjunta, tais como compras compartilhadas; e a realização de fóruns de discussão e compartilhamento dos recursos. A sustentabilidade financeira em cada campus baseia-se principalmente no diagnóstico, na elaboração e na revisão participativa do planejamento e na execução de despesas à previsão específica. As tomadas de decisão são realizadas de forma democrática acompanhando e definindo as despesas com suas prioridades atendendo o plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos. Há discussões para definir as formas de captação de recursos extraorçamentários. Vale ressaltar mais uma vez que não foram detectadas baixas significativas nas atividades desenvolvidas pelo IFPB campus João Pessoa. Superações foram detectadas e vários prêmios foram alcançados neste campus com os trabalhos desenvolvidos pelo seu grupo gestor. O IFPB tem se destacado nos últimos anos entre os seus pares na capacidade de executar integralmente seu orçamento e captar recursos financeiros por meio da participação em Editais Públicos e Privados. Desta forma, esta comissão entende que o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) executado pelo IFPB campus de João Pessoa está relacionado de maneira muito bem com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI 2015-2019.

4.7. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). 5

Justificativa para conceito 5: Os docentes, servidores públicos federais, possuem um plano de carreira estabelecido por Lei Federal gerido pela própria instituição e pelo Ministério da Educação e do Planejamento. O plano de carreira e o regime de trabalho dos docentes do IFPB são regidos pela Lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008, pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pela Constituição Federal e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A gestão do corpo docente tem articulação com o plano de gestão do IFPB. A Política do Plano de Carreira é acompanhada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, com instalações em ambiente próprio, na própria Reitoria. A comissão constatou nas entrevistas que o Plano de Carreira Docente é de conhecimento de todos e existe motivação e incentivos aos programas de capacitação. O IFPB conta ainda com o plano anual de capacitação com previsão de cursos e encontros, para aprimoramento do corpo docente, incentivando a pós-graduação de forma ampla. A comissão verificou que este plano está implementado e atende de maneira excelente o corpo docente.

4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo 5

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Justificativa para conceito 5: A carreira de técnico-administrativo no IFPB é regida pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 (PCCTAE), pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pela Constituição Federal e a LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A Política de Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos no âmbito Institucional foi instituída através da Portaria nº 148/2001 ó GD de 22/05/2001, que criou o Comitê Gestor de Formação e Capacitação, com a função de elaborar, regulamentar e acompanhar a implementação do Plano de Capacitação. O corpo técnico-administrativo do IFPB, servidores públicos federais, possuem um plano de carreira definido por Lei Federal e gerido pela própria instituição e pelo Ministério da educação e do Planejamento. Parcerias foram firmadas com a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e a ESAF (Escola de Administração Fazendária), com a intenção do servidor se atualizar com a Administração Pública, através da participação em cursos da área de Gestão, Contabilidade Pública, Orçamento Público e Patrimônio Público. O IFPB apoia a continuidade de estudos dos servidores permitindo-lhes liberação parcial ou integral, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. Os servidores técnico-administrativos possuem as Resoluções do Conselho Superior do IFPB nº 96/2014, que disciplina a política de capacitação, Resolução nº 145/2015, que dispõe sobre o Plano de Capacitação, e Resolução CS/IFPB nº 145/2015, que dispõe sobre o Plano de Capacitação. Esta comissão constatou nas entrevistas que o Plano de Carreira do corpo técnico-administrativo é de conhecimento de todos e existe motivação e incentivos aos programas de capacitação e progressão na carreira. A gestão do plano de carreira do corpo técnico-administrativo é articulada com a gestão do IFPB. A comissão verificou que este plano está implementado e atende de maneira excelente o corpo técnico-administrativo.

Dimensão 5: EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA**4.190**

5.1. Instalações administrativas.

5

Justificativa para conceito 5: As instalações físicas do Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) apresentam-se em excelente estado de conservação. O espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais. As instalações administrativas são bem dimensionadas, climatizadas, mobiliadas e com aparelhagem específica, atendendo de maneira excelente a todas as condições de salubridade, segurança e acessibilidade, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades administrativas. Portanto, o IFPB possui instalações administrativas que atendem de maneira excelente às necessidades institucionais.

5.2. Salas de aula.

4

Justificativa para conceito 4: O IFPB possui 38 salas de aulas com 64 m² cada, distribuídas em nove blocos (média de 35 a 40 alunos por sala). Todas possuem mobiliário adequado às necessidades das disciplinas desenvolvidas, lousa, mesa e cadeira para professores, equipamentos didáticos de alta tecnologia, sendo ventiladas, iluminadas, limpas, acessíveis e bem conservadas. Foi comentado pelos gestores um plano de climatização das salas de aula. Diante do exposto, em uma análise sistêmica e global, a comissão considera que as salas de aula existentes atendem muito bem às necessidades institucionais.

5.3. Auditório(s).

4

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

Justificativa para conceito 4:O IFPB conta com quatro auditórios: Auditório José Marques, com capacidade para 150 pessoas e área de 180,0 m²; Auditório II, para 60 pessoas e área de 80 m²; Anfiteatro, para 50 pessoas e área de 56 m² e Auditório da UA3, com capacidade para 80 pessoas e área de 130,0 m². Todos os espaços são amplos, limpos, iluminados, acessíveis, equipados com sistema multimídia e climatizados. Sendo assim a Comissão considera, em uma análise sistêmica e global, que os auditórios atendem muito bem às necessidades institucionais.

5.4. Sala(s) de professores. 4

Justificativa para conceito 4:As salas de professores do Campus João Pessoa do IFPB estão distribuídas nos diferentes blocos e atendem muito bem às necessidades institucionais. Os ambientes são amplos, limpos, iluminados, climatizados, acessíveis, conservados e com infraestrutura de informática. Contam com mobiliário tais como sofás, mesas, cadeiras, arquivos individuais e espaço com geladeira, café e água.

5.5. Espaços para atendimento aos alunos. 4

Justificativa para conceito 4:Os espaços destinados ao atendimento aos alunos atendem muito bem às necessidades institucionais. De um modo geral, os discentes são atendidos nos espaços destinados aos professores e nos laboratórios. Os outros espaços específicos para atendimento são os seguintes: Coordenação de Controle Acadêmico; Núcleos de Atendimento Médico e Odontológico; Departamento de Articulação Pedagógica; Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST), com atendimentos de Psicologia, Pedagogia e Assistência Social, esta Coordenação é muito procurada pelos discentes para: auxílios alimentação, transporte, moradia, material didático-pedagógico e órteses. O IFPB possui, ainda, a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (COAPNE) com três salas no Campus João Pessoa, oferecendo aulas de nivelamento, atendimentos Psicológico, Pedagógico, Psicopedagógico e de Assistência Social, LIIBRAS e impressora Braille. O atendimento ao aluno também é realizado em ambiente virtual, por meio do Portal do Aluno. Todos os coordenadores possuem espaços para atendimento aos alunos. Todos os espaços são limpos, iluminados, climatizados, acessíveis e muito bem conservados.

5.6. Infraestrutura para CPA. 3

Justificativa para conceito 3:A CPA do IFPB (central) está instalada em sala exclusiva no prédio da Reitoria, possuindo orçamento próprio. No Campus João Pessoa, a sala de uso exclusivo é utilizada pela Subcomissão Própria de Avaliação. Este espaço possui mobiliário, equipamentos adequados, acessibilidade e climatização. Assim, a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira suficiente às necessidades institucionais.

5.7. Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral ó TI. 4

Justificativa para conceito 4:As estações de trabalho para professores em tempo integral, são as próprias salas de professores do Campus João Pessoa do IFPB e que estão distribuídas nos diferentes blocos, atendendo muito bem às necessidades institucionais. Os ambientes são amplos, limpos, iluminados, climatizados, acessíveis, conservados e com infraestrutura de informática. Contam com mobiliário tais como sofás, mesas, cadeiras, arquivos individuais e espaço com geladeira, café e água. Ressaltamos que no Campus João Pessoa existem 299 docentes em regime de tempo integral (98,0%).

5.8. Instalações sanitárias. 4

Justificativa para conceito 4:Em cada piso do Campus João Pessoa existem sanitários masculinos e femininos (totalizando 24 sanitários com 109 assentos sanitários), inclusive,

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

sanitários destinados ao uso por portadores de necessidades especiais, sendo uma cabine para cada sexo (26 assentos sanitários). Os espaços são amplos, bem estruturados, iluminados, ventilados e higienizados. Possui, ainda, 31 chuveiros. Em uma análise sistêmica e global, os sanitários atendem muito bem às necessidades institucionais.

5.9. Biblioteca: infraestrutura física.

4

Justificativa para conceito 4:A biblioteca do Campus João Pessoa do IFPB ocupa uma área de 800,0 m² em dois pisos, com elevador para pessoas com deficiência física. Possui armários individuais, recepção, acervo, espaços fechados para estudos em grupo (duas salas) e individual (sala para 23 usuários), 30 mesas com quatro a seis cadeiras cada, dois espaços e uma sala individual para portadores de deficiência física e dois sanitários acessíveis, sendo um para cada gênero. O espaço é bastante iluminado, climatizado, acessível, limpo, conservado e equipado com computadores conectados à internet para uso dos seis bibliotecários e dos seus dois auxiliares, além de três terminais de consulta para utilização pelos discentes. Todo o acervo está informatizado (Sistema SIABI, estando em migração para o KOHA que permite integração com a gestão acadêmica). Todos os livros estão corretamente dispostos nas estantes, devidamente etiquetados e carimbados como propriedade do IFPB. A biblioteca possui atendimento educacional especializado, estando equipada com lupa eletrônica, teclado em Braille, Book Reader e DosVox. A biblioteca possui, também, as "Coleções Especiais", contando com acervo em Braille, DVDs, Monografias (DVDs e impressas), anais, teses, periódicos e revistas. Portanto, em uma análise sistêmica e global, a infraestrutura física atende muito bem às necessidades da Instituição.

5.10. Biblioteca: serviços e informatização .

4

Justificativa para conceito 4:Todo o acervo do Campus João Pessoa do IFPB está informatizado por meio do sistema "SIABI" - classificação: CDU (migrando para o sistema KOHA que integrará com a gestão acadêmica) e existe uma política de empréstimos e horários de funcionamento compatíveis com o funcionamento dos cursos (2^a a 6^a feira das 7:30 às 22:00 h). O empréstimo é presencial e cada aluno ou colaborador poderá retirar até três títulos ao mesmo tempo por um período de sete dias corridos, cabendo renovação nas mesmas condições desde que não haja reserva. A Instituição possui, ainda, biblioteca virtual aberta, bem como assinatura de periódicos e revistas. O catálogo da biblioteca permite a consulta ao acervo por descritores de assunto, autor e título. A biblioteca conta com seis bibliotecários e dois auxiliares. Assim, a comissão considera, em uma análise sistêmica e global, que os serviços e a informatização da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais.

5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.

4

Justificativa para conceito 4:A biblioteca do Campus João Pessoa possui acervo de livros compatíveis com os cursos e assinatura de periódicos impressos e digitais. Existe política definida de atualização do acervo anualmente, por meio da Resolução nº 114-CS, de 10/04/2017 (Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do IFPB), sendo importantes para a tomada de decisões de novas aquisições e estando em coerência com o PDI e a alocação de recursos. Assim, a comissão avalia que o plano de atualização do acervo atende muito bem às necessidades do IFPB.

5.12. Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

5

Justificativa para conceito 5:O Campus João Pessoa do IFPB possui 48 laboratórios de informática com um total de 780 computadores com acesso à internet, Windows 10 e Office (totalizando 1.686 máquinas no campus), sendo os ambientes devidamente climatizados,

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

iluminados, limpos e mobiliados com cadeiras confortáveis. A Instituição opera um provedor de acesso à internet sem fio no campus e todos os serviços são gerenciados pela "Coordenação de Manutenção e Suporte em TI". Assim, em uma análise sistêmica e global dos aspectos avaliados, as salas de apoio de informática atendem de maneira excelente às necessidades da Instituição.

5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. 5

Justificativa para conceito 5:A comissão constatou que os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil. O Campus João Pessoa do IFPB disponibiliza equipamentos de TI e comunicação, tais como e-mail institucional oferecido aos docentes e discentes e os portais institucional e do aluno. Conta, ainda, com a Coordenação de Manutenção e Suporte em TI e com o Núcleo de Tecnologia de Informação, realizando a manutenção da rede, dos serviços e das máquinas existentes no campus.

5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física. 5

Justificativa para conceito 5:O Campus João Pessoa do IFPB possui 122 laboratórios devidamente montados (além das 48 salas de informática), todos equipados de acordo com as especificidades de cada curso e de cada laboratório. Todos os laboratórios visitados contam com técnicos e professores responsáveis pelo espaço físico e funcionamento. Os laboratórios são amplos, iluminados, climatizados, mobiliados, dotados de equipamentos de segurança e mapa de risco, acessíveis e limpos. Dentre os laboratórios visitados, destacamos os seguintes: Redes Convergentes; Telefonia e Redes Convergentes; Medidas em Telecomunicações; Automação Industrial 02 - Microcontroladores e Robótica; Comandos Elétricos e Automação; Calibração e Aferição de Equipamentos Biomédicos; Eletricidade I e II; Máquinas Elétricas; Telecomunicações; Pesquisa em Engenharia Elétrica; Sistemas Elétricos de Potência; Cabeamento Estruturado e Comunicações Ópticas; Acionamentos, Controle e Automação; Instrumentação Eletrônica; CLPs e Redes Industriais; Instalações Elétricas de Baixa Tensão; Instrumentação Biomédica; Circuitos Digitais e Desenvolvimento de TCC; Iniciação à Prática Profissional; Circuito Impresso e Manutenção; Eletrônica Industrial; Eletrônica I e II; Topografia; Geodésia Aplicada; Fotogrametria e Sensoriamento Remoto; Geoprocessamento I e II; Análises de Água; Bacteriologia; Análise Físico-Química; Instalações Hidrossanitárias; Instalações Elétricas; Materiais de Construção I e II; Mecânica dos Solos; Preparação de Amostras; Pesquisas, Materiais Betuminosos e Cerâmicos; Preparação de Concretos e Argamassas; Práticas Construtivas; Tecnologia das Construções; Instalações Domiciliares; Projetos de Interiores I e II; Informática Aplicada a Design de Interiores; Modelos e Maquetes; Plástica; Luz e Cor; e Conforto Ambiental. Desta forma, a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos avaliados, plano de atualização e acessibilidade.

5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços. 5

Justificativa para conceito 5:Todos os laboratórios para práticas didáticas obedecem às exigências dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Os laboratórios possuem técnicos e docentes responsáveis pelo funcionamento, desenvolvimento das atividades específicas de cada um, bem como pelo cumprimento das normas de segurança, contando, ainda, com serviços de manutenção, almoxarifado e patrimônio. Portanto, os laboratórios para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os serviços e as normas de segurança.

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 4.200

5.16. Espaços de convivência e de alimentação. 3

Justificativa para conceito 3: Os espaços de convivência e de alimentação do Campus João Pessoa contam com refeitório, internet sem fio, mesas, bem como limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação adequadas. Dessa forma, considerando, em uma análise sistêmica e global os aspectos avaliados, tais espaços atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1. Alvará de funcionamento. Sim

Justificativa para conceito Sim: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus João Pessoa, apresentou o "Alvará de Licença para Localização e Funcionamento" nº 2018/000354 emitido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB em 12/06/2018 e válido até 12/12/2018.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.2. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Sim

Justificativa para conceito Sim: Foi apresentada à Comissão a "Autorização Provisória" nº 0044343 com validade até 20/10/2018 (Processo nº 15685/2018) emitida pela Diretoria de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, referente ao Campus João Pessoa do IFPB. Ainda, como no município de João Pessoa/PB (local da avaliação) existe Corpo de Bombeiros, a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.3. Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Sim

Justificativa para conceito Sim: A IES apresentou o Ofício nº 144/2016/R/IFPB, de 30 de março de 2016, encaminhado à SERES/INEP/MEC e informando que o IFPB - Campus João Pessoa havia indicado o servidor Neilor Cesar dos Santos (CPF 471.688.544-53) como sendo responsável pela guarda e conservação do acervo acadêmico (Depositário do Acervo Acadêmico). Esta indicação foi ratificada pela Portaria nº 2617/2016-Reitoria, de 13/09/2016.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.4. Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. Sim

Justificativa para conceito Sim: O Campus João Pessoa do IFPB possui elevador, plataforma escaldora, rampas, LIBRAS, Lupas, DosVox, piso tátil, placas e teclado em Braille, bem como cuidadores especializados para auxiliar as pessoas com deficiência física. Assim, considerando-se as providências determinadas aos avaliadores na Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015 quanto às condições de acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação,

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.5. Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 Sim e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Justificativa para conceito Sim: Considerando-se as informações preenchidas pelo IFPB e as providências determinadas aos avaliadores na Nota Técnica DAES/INEP n° 025/2015 quanto às condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.6. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme Sim disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Justificativa para conceito Sim: Considerando-se o novo PDI (2015-2019), as informações preenchidas pelo IFPB, as reuniões com os diferentes segmentos, bem como as providências determinadas aos avaliadores na Nota Técnica DAES/INEP n° 025/2015 quanto à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.7. Plano de Cargos e Carreira Docente. Sim

Justificativa para conceito Sim: Conforme informações preenchidas pelo IFPB, pois trata-se de uma Instituição Federal.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.8. Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos. Sim

Justificativa para conceito Sim: Conforme informações preenchidas pelo IFPB, pois trata-se de uma Instituição Federal.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.9. Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação stricto sensu , conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010. Sim Faculdades: No mínimo docentes com formação em pós-graduação lato sensu , conforme disposto na Lei N° 9.394/96.

Justificativa para conceito Sim: Dos 305 docentes que ministram aulas nos cursos de graduação do Campus João Pessoa do IFPB, 144 possuem título de mestre (47,2%), 138 são doutores (45,3%) e 23 possuem certificado de especialização (7,5%). Assim, o percentual de

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

docentes com pós-graduação "stricto sensu" é de 92,5% (282 docentes).

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.10. Regime de Trabalho do Corpo Docente Universidades: Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução n° 3/2010. Centros Universitários: Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto na Resolução N° 1/2010. Sim

Justificativa para conceito Sim: Considerando os docentes que atuam nos cursos de graduação oferecidos no Campus João Pessoa do IFPB, existem 299 docentes em regime de tempo integral (98,0%).

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.11. Forma Legal de Contratação dos Professores. Sim

Justificativa para conceito Sim: Conforme informações preenchidas pelo IFPB, pois trata-se de uma Instituição Federal.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.12. Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei N° 10.861/2004. Sim

Justificativa para conceito Sim: A composição da CPA do IFPB atende ao art. 11 da Lei n° 10.861/2004. A CPA atual foi constituída por ato do dirigente máximo da Instituição (Portaria n° 1.421/2018-REITORIA/IFPB, de 03 de julho de 2018), estando devidamente implantada e funcionando adequadamente. A composição da CPA não privilegia a maioria absoluta de um dos segmentos. O IFPB instituiu, ainda, por meio da Portaria n° 107-DG/JP-IFPB, de 19/03/2018, a Subcomissão Própria de Avaliação do Campus João Pessoa.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.13. Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009. NSA

Justificativa para conceito NSA: Este indicador não se aplica às instituições públicas.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.14. Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 1/2010. NSA

Justificativa para conceito NSA: Este indicador não se aplica aos Institutos Federais, uma vez que para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais (§ 1° do Art. 2° da Lei n° 11.892, de 29/12/2008).

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.15. Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Sim

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.200

Universidades, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 3/2010.

Justificativa para conceito Sim: Considerando-se as informações preenchidas pelo IFPB, as providências determinadas aos avaliadores na Nota Técnica DAES/INEP n° 025/2015 quanto às normas e procedimentos para credenciamento de universidades, bem como o disposto na Resolução CNE/CES n° 3/2010, a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.16. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004. Sim

Justificativa para conceito Sim: O tema "Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena", nos termos da legislação em vigor, tem sido tratado transversalmente por todos os docentes. Além disso, cada curso possui disciplinas específicas que tratam do tema. O Conselho Superior (CONSUPER) do IFPB instituiu a política de educação das relações étnico-raciais e criou o "Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-Brasileiro e Indígenas" por meio da Resolução n° 138, de 02/10/2015, bem como aprovou o regulamento do mencionado Núcleo por meio da Resolução ad referendum n° 17, de 10/10/2016.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.17. Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012. Sim

Justificativa para conceito Sim: As políticas de educação ambiental do IFPB, em atendimento à legislação em vigor, estão contempladas transversalmente nas disciplinas de todos os cursos ofertados. Além disso, os conteúdos relacionados ao tema estão presentes em disciplinas específicas que pertencem à matriz curricular de cada curso. Conforme constatado pela Comissão, a institucionalização da Política de Educação Ambiental foi concretizada por meio da Resolução CONSUPER n° 132/2015, de 02/10/2015, bem como da Nota Técnica DES/PRE n° 01/2016, de 10/06/2016, que tem como objetivo instruir os procedimentos de integração da educação ambiental às disciplinas ou componente curricular de modo transversal, contínuo e permanente.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

6.18. Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012. Sim

Justificativa para conceito Sim: Considerando-se os documentos oficiais do IFPB, a reunião com os gestores, as informações preenchidas pela Instituição, as providências determinadas aos avaliadores na Nota Técnica DAES/INEP n° 025/2015 quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, bem como o disposto na legislação pertinente, a Comissão posiciona-se pelo atendimento ao requisito legal e normativo.

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

Dimensão 1: EIXO 1 ó PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**4.200**

6.19. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012. Sim

Justificativa para conceito Sim: A educação em direitos humanos na Instituição, em atendimento à legislação em vigor, está contemplada transversalmente nas disciplinas de todos os cursos, bem como em disciplinas específicas que pertencem à matriz curricular de cada curso. O Conselho Superior (CONSUPER) do IFPB instituiu a política de educação em direitos humanos por meio da Resolução n° 146, de 02/10/2015 (Núcleos de Extensão e de Pesquisa de Educação em Direitos Humanos).

Critério de análise:

A IES cumpriu este Requisito Legal e Normativo?

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :**CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

A Comissão Avaliadora, formada pelos professores José Lassance de Castro Silva, Vinicius Rezende Ribeiro e José Maurício Dias Bezerra (coordenador da comissão), instituída para realização da avaliação in loco de 01 a 05/07/2018, para fins de Recredenciamento, Avaliação N° 132857, n° do processo: 201417236, ofertado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), campus João Pessoa, sediado à Avenida Primeiro de Maio no. 720, bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB, tendo realizado a verificação e análise dos cinco eixos e seus indicadores, além dos requisitos legais, atribuiu as seguintes notas por dimensão:

Eixo 1: Nota 4,20;

Eixo 2: Nota 4,56;

Eixo 3: Nota 4,31;

Eixo 4: Nota 4,63;

Eixo 5: Nota 4,19.

Com relação aos requisitos legais e normativos, a Instituição cumpriu 17 dos 19 requisitos, pois os dois restantes não se aplicavam ao perfil institucional.

Todo o processo avaliativo ocorreu de forma tranquila e em clima de cordialidade entre os avaliadores e entre os avaliadores e os representantes do IFPB.

A Comissão de Avaliação Institucional, diante do cumprimento de todas as etapas previamente agendadas para a visita de avaliação in loco, e considerando ainda os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, o despacho Saneador e as informações do Sistema e-MEC, para todas as dimensões e eixos avaliados, para efeito de Recredenciamento do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), Campus João Pessoa, considera que a Instituição apresenta um perfil MUITO BOM de qualidade, com conceito final 4 (quatro).

CONCEITO FINAL**4**